

# convergência

ABRIL ■ 1996 ■ ANO XXXI Nº 291

## CRUZ E REDENÇÃO NA TEOLOGIA E ESPIRITUALIDADE DE SANTO AFONSO

Vicente de Paula Ferreira, CSSR



convergência

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

TESTEMUNHAS DO RESSUSCITADO  
NO CORAÇÃO DO MUNDO ..... 139  
Maria Carmelita de Freitas, FJ

## PALAVRA DO PAPA

SALVAGUARDAR O PRINCÍPIO DA IGUALDADE  
CONTRA QUALQUER FORMA DE  
DISCRIMINAÇÃO ..... 142

INFORME CRB ..... 145

FRATERNIDADE E POLÍTICA CF/96 –  
UMA POLÍTICA MAIS ALÉM DAS ELEIÇÕES ..... 151  
Rogério I. de Almeida Cunha

CRUZ E REDENÇÃO NA TEOLOGIA E  
ESPIRITUALIDADE DE SANTO AFONSO ..... 161  
Vicente de Paula Ferreira, CSSR

HERANÇA PERENE, NOVOS DESAFIOS ..... 170  
Hermann Schalück, Superior Geral O.F.M.

EDUCAÇÃO RELIGIOSA – PREMISSAS ..... 182  
Pe. Wolfgang Gruen, SDB

À ESCUTA DO ESPÍRITO ..... 193

# NOSSA CAPA

Detalhe-arremate do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, de autoria dos artistas populares Anderson Sousa Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Mostra a caminhada ou, melhor, a marcha confiante da Igreja de hoje. O segredo é a fé. O seu Deus-Libertador é Jesus de Nazaré. Os pobres sustentam a cruz da Evangelização. Solidária com eles, segundo e seguindo o Evangelho, a Igreja participa de suas lutas na cidade e no campo. A Mãe de Deus, a Virgem Maria, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, indica a direção do amanhã. Vai à frente. Religiosos, mulheres e homens, se misturam. Somos um povo que alegre vai. O caminho é a nossa casa. Sempre estamos indo. Peregrinos no campo, na cidade, na favela e muito mais. Nos olhos, muita luz. Lá, bem dentro, a esperança que conduz (Pe. Marcos de Lima, SDB).

## ASSINATURA PARA 1996:

**BRASIL:** taxa única

Terrestre ou aérea ..... R\$ 50,00

**EXTERIOR:** taxa única

Terrestre ou aérea ..... R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) ..... R\$ 5,00

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*



## convergência

Revista Mensal da  
Conferência dos Religiosos  
do Brasil: CRB

### DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

### REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS • Pe. Francisco de Assis Taborda, SJ • Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Frei Luiz Fernando Peixoto, OFM

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

### DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

### DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

# EDITORIAL

## TESTEMUNHAS DO RESSUSCITADO NO CORAÇÃO DO MUNDO

Maria Carmelita de Freitas, FJ  
Belo Horizonte — MG

**O** presente número de CONVERGÊNCIA chega às mãos dos leitores e leitoras quando vivemos as alegrias da celebração litúrgica da Páscoa, a festa maior, a festa primordial dos cristãos.

Depois de percorrer o itinerário quaresmal, com tudo o que entranha de simbolismo em termos de conversão ao amor, à solidariedade, à vida, a comunidade eclesial experimenta o gozo de proclamar que a Vida triunfou da morte, que o Crucificado foi Ressuscitado, que o amor misericordioso de Deus revelou-se em toda a sua plenitude na Cruz e Ressurreição de Jesus.

De fato, a experiência pascal une indissociavelmente morte e vida, cruz e ressurreição. Os textos do Novo Testamento são incisivos. Quando os discípulos se convertem em testemunhas da Fé pascal, centram o conteúdo fundamental da sua mensagem na Ressurreição daquele que foi crucificado e que agora vive: "O Deus dos nossos pais glorificou o seu servidor Jesus a quem vós entregastes" (At 3,15). "Ficai sabendo vós e todo o povo de Israel: este homem está aqui curado diante de vós pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo de Nazaré que vós crucificastes e que Deus ressuscitou dos mortos" (At 4, 9-10). A proclamação dessa verdade constitui-se assim no núcleo fundamental do "kerygma" primitivo: "Matastes o autor da Vida, mas Deus o ressuscitou, nós somos testemunhas" (At 3, 15).

Esta indissolúvel e dialética unidade da Cruz e da Ressurreição, da morte e da Vida constitui uma interpelação para os discípulos e discípulas que buscam seguir o Mestre ressuscitado. Não é possível captar todo o sentido transformador e vivificador da Ressurreição, sem passar pela experiência da dor, do aniquilamento, da "kénosis", da entrega da vida. Mas também não seria autêntica experiência cristã deter-se no mistério da Cruz, esquecendo que ele só alcança a sua culminância na Ressurreição. É esta a mensagem central da Páscoa: a vida define-se não pelos poderes destruidores do ódio e da morte, senão pelo poder vivificante do Pai que ressuscita o Filho e comunica a efusão do Espírito que transforma todas as coisas.

Uma tal mensagem é extremamente atual no mundo de hoje onde o clamor dos crucificados da história ressoa como um crucial desafio para a consciência cristã. Onde as forças destruidoras do sistema socioeconômico vigente ameaçam excluir cada vez mais da festa da Vida os pequenos e os pobres. Numa sociedade assim estruturada e conflitante a Vida Religiosa, no seguimento do Crucificado-Ressuscitado, está chamada a se apresentar cada vez mais como ícone do Reino. Terá de proclamar por meio dos traços que definem a sua identidade que o Reino é dos pobres, que é paradoxal, que começa com a fragilidade do pequeno e cresce a partir dessa fragilidade, que suas fronteiras vão além

de toda discriminação e exclusão, que sua força maior é a ternura e compaixão de um Deus encarnado na história, morto e ressuscitado para a Vida do mundo.

Tudo aquilo que a Vida Religiosa no Brasil fez e experimentou nos últimos anos em termos de missão, de solidariedade, de busca de justiça, de opção pelos pobres, de inserção e inculturação, constitui, sem dúvida, um empenhado esforço de renovar as feições desse ícone do Reino que pretende ser na Igreja e no mundo. Mas o caminho não está concluído. A imaginação profética, que lhe advém da sua identidade cristã e evangélica, deve abrir-se às novas interpelações da história. É preciso pintar de novo o ícone do Reino para nosso mundo e nossos crucificados de hoje, para que justiça e paz se abracem, e a Ressurreição se faça verdade histórica na nossa sociedade.

É esta a mensagem pascal que CONVERGÊNCIA quer fazer chegar a seus leitores e leitoras: Jesus foi ressuscitado pelo poder do Amor: a esperança não é falaz; a fraternidade é possível; o Reino está no meio de nós.

Nessa perspectiva de esperança e afirmação da Vida, situam-se os estudos do mês. O artigo de Rogério Ignácio de Almeida Cunha oferece elementos para continuar ao longo do ano a reflexão que nos ocupou durante a Quaresma sobre o tema da CF/96. Citando Paulo VI, o autor insiste em que o recado da CF é muito claro: a política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão a serviço dos outros. Serviço cuja meta é o crescimento do Reino. Reino que acontece onde há mais Vida, vida em abundância, vida em que principalmente os excluídos podem viver e se alegrar.

Vicente de Paula Ferreira, Redentorista jovem, faz sua estréia em CONVERGÊNCIA com o artigo "Cruz e Redenção na Teologia e Espiritualidade de Santo Afon-

so", texto que se encaixa bem no clima pascal que estamos vivendo. Para o autor, "encarnar a salvação como algo que toca a existência concreta do homem é levar a sério a história humana e o próprio fato de Deus ter-se encarnado nela". Isto significa que a fidelidade aos carismas de fundação tem de ser criativa e fecunda, inculturada e fiel ao Espírito em cada situação histórica.

Nessa mesma linha de fidelidade criativa às origens, situa-se o artigo de Hermann Schalück, atual superior Geral dos Franciscanos. Sua abalizada análise da situação atual da Vida Religiosa na Europa apresenta questionamentos e pistas válidas também, em boa parte, para a Vida Religiosa no nosso país. Na reflexão do autor, é preciso que a Vida Religiosa hoje não seja mera administradora da herança de tradições antigas, nem guardiã de um cansado "status quo", senão que, apoiada na força do Espírito, seja capaz de criar tradições novas e, com elas, um novo futuro.

O artigo do Pe. Wolfgang Gruen "Educação Religiosa — Premissas" quer provocar a reflexão e o debate sobre uma questão candente para os religiosos e religiosas que exercem a sua missão em obras e instituições educativas. Numa sociedade plural, opina Pe. Gruen, é normal que haja um amplo leque de opções no que diz respeito à vivência religiosa. Isto pede que se saiba renunciar a toda forma de proselitismo e levar a sério o importante projeto de amar o próximo como a si mesmo.

A Vida Consagrada no mundo inteiro aguarda para breve a publicação da Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre "A Vida Consagrada e sua Missão na Igreja e no Mundo". Vivendo essa expectativa, CONVERGÊNCIA faz chegar aos religiosos e religiosas do Brasil o subsídio elaborado pela CLAR, no intuito de ajudar a uma recepção criativa e fecunda do documento. Como afirma a Presidente da CLAR, Elza Ribeiro, com a Exortação Apostólica, "es-

peramos ser fortalecidos teológica e espiritualmente na graça da vocação e, diante dos desafios da atual mudança de época, reavivar a paixão missionária”.

Os artigos para CONVERGÊNCIA devem ser enviados à Ir. Maria Carmelita de Freitas. Rua da Bahia, 1432 — 30160-011 — Belo Horizonte — MG.

# PALAVRA DO PAPA

## SALVAGUARDAR O PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONTRA QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

---

No dia 27 de outubro João Paulo II recebeu em audiência, na Sala do Consistório, os participantes na assembléia plenária do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes.

Depois das palavras de saudação que lhe foram dirigidas por D. Giovanni Cheli, presidente desse pontifício conselho, o Santo Padre pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Cardeal  
Venerados Irmãos no Episcopado  
e no Sacerdócio  
Caríssimos Irmãos e Irmãs

1. Acolho-vos com alegria e saúdo-vos cordialmente a todos, na conclusão da reunião plenária do Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes. Agradeço de modo particular ao presiden-

te do Pontifício Conselho, Sua Excelência Reverendíssima D. Giovanni Cheli, as palavras apropriadas, com as quais interpretou os sentimentos de todos.

Nestes dias, tivestes a preocupação de refletir sobre os problemas das "pessoas que se encontram em situação precária na mobilidade humana" e sobre as "implicações pastorais" que dela derivam. Por conseguinte, detivestes-vos a analisar esta realidade dramática e cada vez mais extensa, que compreende migrantes desempregados, preocupados com o futuro das suas famílias; migrantes em situações irregulares que, desambientados e rejeitados, vivem de expedientes, sem o apoio de uma autoridade fidedigna à qual se dirigir; refugiados que, perseguidos nos seus países, dificilmente obtêm a necessária proteção prevista pelas convenções internacionais; homens do mar obrigados a fazer longas horas de trabalho extraordinário, para poderem pagar com os seus escassos ganhos recrutadores ávidos e sem escrúpulos; mulheres que, iludidas com perspectivas de êxito por parte de agências de emigração pouco sérias, depois vêm-se vítimas da exploração no caminho da desonra; crianças, cuja assistência no campo da saúde e escolar se verifica completamente insuficiente e incerta; e, ainda, crianças tornadas objeto de comércio ignóbil por parte daqueles que

procuram, em países exóticos, aventuras com as quais vencer o tédio de uma vida esvaziada pelo vício; idosos que, tendo ficado sós, são condenados a transcorrer os últimos dias no isolamento e em condições habitacionais completamente inadequadas; nômades que se encontram marginalizados pela sociedade, porque a sua presença na cidade contrasta com o silêncio que, com freqüência, se procura impor sobre as suas condições de mal-estar. E como deixar de pensar, depois, nas crianças, mulheres e anciãos que se debilitam nos campos de refugiados, à espera que a sua odisséia termine para regressar aos seus países de origem, a fim de levar uma vida normal numa perspectiva de segurança e de paz?

2. Hoje, infelizmente, o caminho já difícil do migrante está a sofrer um atraso que evidencia a sua marginalização e exclusão. O próprio aumento da desigualdade econômica, que existe entre os povos em vias de desenvolvimento e os industrializados, tende a reproduzir-se no interior de cada nação. As migrações, que outrora eram vistas como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural para a nação anfitriã, hoje são sentidas cada vez mais como um peso, um incômodo e um problema. Por vezes, dificuldades objetivas dão origem a um clima de desconfiança, de suspeita e de hostilidade em relação aos migrantes.

Decerto, os cidadãos de cada país têm o direito de viver em tranqüilidade, no respeito recíproco e em paz. Em primeiro lugar, é do interesse dos migrantes empenharem-se por respeitar os ordenamentos que regulam a vida das sociedades que os acolhem. Por vezes, verificam-se episódios de intolerância, nos quais é imperioso reconhecer efetivas responsabilidades dos próprios migrantes, culpáveis de comportamentos incorretos. É justo que o Estado então intervenha, para restabelecer e tutelar a ordem pública. Contudo, a considera-

ção das situações de precariedade e de miséria, nas quais muitos deles se encontram, deve levar o cristão a responsabilizar-se por estes seres humanos sem trabalho, sem casa, sem proteção, que esperam compreensão e ajuda de quem está melhor.

Não nos podemos limitar a pôr em evidência os problemas que a presença deles suscita, nem sequer a exigir que se adaptem à vida das sociedades aonde chegam sem, ao mesmo tempo, respeitar os seus direitos. A luta contra o racismo tem um sentido e uma perspectiva de êxito, quando se aceita o princípio da igualdade em todos os âmbitos, conscientes de que a integração diz respeito à sociedade no seu conjunto. De fato, é um processo comum que interessa, quer aos imigrantes, quer aos residentes, e que será tanto mais rápido e fácil quanto mais positiva for a imagem que os grupos estrangeiros oferecem de si próprios. É evidente que, nisto, os meios de comunicação têm um grande papel e uma grave responsabilidade.

3. Caríssimos Irmãos e Irmãs! Com profunda sensibilidade pastoral e humana muitas Comunidades diocesanas, ativando instituições eclesiais, tais como a Caritas, a Ação Católica e numerosas associações de voluntariado católico, puseram-se com decisão na via da solidariedade e da pacificação das etnias criando estruturas de acolhimento e tornando-se voz dos débeis, para defender a dignidade e os direitos.

É o Espírito que fala às Igrejas, suscitando iniciativas com as quais enfrentar as exigências sempre novas que o variar das situações produz. Também muitas paróquias encontraram no empenho pelos deserdados uma via de renovação autêntica.

Pelas estradas da mobilidade humana, onde se encontram com freqüência formas de injustiça e de violência, e onde muitos "passam ao largo", fechados nos seus interesses e absorvidos pelas suas tarefas particulares, como o sacerdote e o levita

da parábola, a Igreja sabe que deve assumir, cada vez com mais integridade, o papel do bom Samaritano, tornando-se "o próximo" de todos os excluídos (cf. Lc 10, 30-37).

O sentido humanitário para com o homem necessitado exprime-se decerto em formas mais vastas e mais organizadas do que nos tempos passados, e a Comunidade eclesial entra de bom grado em colaboração com todos aqueles que são estimulados por sentimentos de altruísmo autêntico. Mas o cristão deve acrescentar a este empenho humanitário o *elemento específico que o caracteriza*: o testemunho e a paixão pela dignidade inalienável do homem, redimido por Cristo.

Deste modo, os crentes testemunham com os fatos que a Boa Nova não termina com a proclamação de verdades abstratas, mas se concretiza na caridade, capaz de assumir também a forma do empenho contra as injustiças presentes no mundo. Esta é uma tarefa que não se limita a uma delegação dada às beneméritas instituições assistenciais, mas traz o sinal da contribuição pessoal de todos os que se proclamam e desejam ser autenticamente cristãos. Eis o sinal da especificidade cristã da opção pelos pobres: viver a "compaixão" (cf. Lc 10,

-33) evangélica em relação a quantos se encontram em necessidade, sem ter em consideração a sua nacionalidade e classe social.

4. "Na Igreja ninguém é estrangeiro, e a Igreja não é estrangeira a nenhum homem", recordei recentemente na Mensagem para o Dia Mundial do Migrante (cf. *L'Ossev. Rom.*, ed. port. de 16. IX. 1995, pág. 23). De acordo com este princípio, a Igreja nunca deixará de combater a marginalização e a exclusão. Em particular, ela bate-se pela salva-guarda do princípio da igualdade e contra qualquer forma de discriminação e marginalização.

Caríssimos, obrigado pelo que já fazeis neste campo. Continuai com renovado empenho este vosso serviço num dos setores mais significativos e prometedores da ação social e pastoral da Igreja.

O Senhor abençoe o vosso trabalho e fecunde com a sua graça os propósitos maturados nestes dias. A cada um de vós, bem como aos agentes pastorais que se prodigalizam em favor das pessoas obrigadas a viver nas diversas formas de mobilidade humana, concedo de bom grado a Bênção Apostólica, auspício de um esforço de evangelização e de promoção cada vez mais generoso.

## O CARDEAL E O PRESIDENTE: IGREJA E PODER POLÍTICO

O destaque proporcionado pelos meios de comunicação social ao encontro ocorrido, na primeira semana de janeiro deste ano, entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Cardeal Lucas Moreira Neves (presidente da Conferência Nacional dos Bispo do Brasil — CNBB) focalizou uma vez mais o tema sempre atual das relações entre a Igreja e o Poder Político. Naquela oportunidade, porém, este tema ganhou redobrada significação pelo objetivo mesmo do “face a face” entre o chefe do Executivo e o cardeal primaz do Brasil.

Com efeito, D. Lucas foi ao encontro do presidente para apresentar-lhe em primeira mão a Campanha da Fraternidade de 1996, a ser lançada pela CNBB no primeiro dia da Quaresma, isto é, no próximo dia 21 de fevereiro (Quarta-feira de Cinzas). A Campanha deste ano, porém, se reveste de um especial interesse, pois seu tema é “Fraternidade e Política”, e adota como lema a expressão programática e profética do salmo: “Justiça e Paz se abraçarão”. Assim, essas associações em torno das relações entre Igreja e Política levam espontaneamente a evocar as seis grandes etapas que têm marcado as relações entre Igreja e Estado no contexto e no processo histórico-político brasileiro, a partir do momento que Cabral ancorou pela primeira vez na baía de Porto Seguro, não distante da praia em que o cardeal e o presidente se encontraram.

Nos períodos do Brasil-Colônia e do Brasil-Império a Igreja foi reduzida a uma

repartição do serviço público colonial e imperial, devido ao modelo de relacionamento fundamentado no estatuto do **Padroado**, que outorgava àqueles que detinham o poder político no Brasil a capacidade de controlar e determinar, por indicações e vetos, as relações entre Roma e as Igrejas locais (dioceses) implantadas em território brasileiro.

O estatuto consuetudinário do padroado foi abolido a partir da proclamação da **República**, e a nova Constituição dela emanada, pautando-se pelos ideais do liberalismo europeu e do positivismo de Augusto Conte, formalizou a separação entre Igreja e Estado. Livre da camisa-de-força do poder estatal que a impedira de assumir sua própria dinâmica e tecer relações mais saudáveis e diretas com a Igreja Católica das demais regiões do planeta, especialmente com Roma (centro de sua unidade, apostolicidade e perenidade), a Igreja no Brasil entrou em uma **segunda etapa histórica**, desenvolvendo um dinamismo inusitado, ampliando e fortificando suas estruturas internas, sua hierarquia, e buscando uma maior aproximação com sua base popular.

Nesse período, o gênio diplomático do Barão do Rio Branco fez gestões bem-sucedidas junto à diplomacia da Igreja em Roma, para que a arquidiocese do Rio de Janeiro se tornasse a primeira sede cardinalícia no continente latino-americano. Foi um contraste marcante com o posicionamento de seu pai, o Visconde do Rio Branco, que, como primeiro-ministro do Império, três décadas antes, levara às barras dos tribunais, e mesmo colocara atrás das grades de uma prisão, os bispos de Olinda-Recife e de Belém.

Com a **ascensão de Vargas ao Poder em 1930**, deu-se início a uma **terceira etapa**. Quando, no apagar das luzes da Velha República, o cardeal Leme foi ao palácio do Catete e persuadiu o então presidente, Washington Luís, a deixar pacificamente o governo, para evitar um banho de sangue, a Igreja inaugurava um novo tipo de relacionamento com o Estado, marcado pelo diálogo, pelo entendimento e pelo respeito recíproco. Quando Getúlio assumiu a presidência do Governo Provisório no início de novembro de 1930, o cardeal Leme o prestigiou com uma visita de cortesia. Dois meses mais tarde, no início de janeiro de 1931, Vargas, cercado de todo seu estado-maior, dirigiu-se ao palácio São Joaquim para retribuir a visita. Significativamente, o cardeal Leme não aceitara a proposta do grande convertido Jackson de Figueiredo — a quem ajudara nos momentos decisivos de seu reencontro com Cristo — para que se fundasse um partido católico. Em vez disso, o cardeal criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), com o objetivo de formar a consciência dos fiéis, ajudando-os a escapar das garras do clientelismo e do voto de cabresto, para apoiar candidatos cuja plataforma política e integridade ética fossem mais consentâneas com as exigências evangélicas.

O término da Segunda Guerra Mundial, que levou à queda do Estado Novo e marcou a retomada do processo democrático, sinalizou o início de uma **quarta etapa** do relacionamento entre Igreja e Estado. A Constituição de 1946 fora impregnada dos ideais de desenvolvimento que começavam a sacudir as nações, entre estas as que posteriormente seriam cognominadas como países do Terceiro Mundo. O apoio dado pelo Núncio Apostólico Carlos Chiarlo à atuação clarividente e decidida do Pe. Helder Câmara, assistente geral da Ação Católica Brasileira (1947); o desempenho fora de série do Núncio Apostólico Armando Lombardi, que sucede a Carlos

Chiarlo; o destaque (1952 – 1964) assumido pelo arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, então à frente do Secretariado-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fizeram com que esta quarta etapa se caracterizasse por um maior estreitamento das relações entre Igreja e Estado, que se associaram como “parceiros para o desenvolvimento”. Este tipo de relacionamento, que já tomara seus contornos no período do segundo governo de Vargas, acentuou-se ao longo da administração de Kubitschek e prolongou-se nos governos de Jânio e de João Goulart.

Quando as Forças Armadas assumiram diretamente o poder em 1964, optaram, com base na doutrina de Segurança Nacional, por um modelo de desenvolvimento tecnocrático, voltado para uma modernização do país dentro de um processo autoritário: dissociaram desenvolvimento econômico e desenvolvimento social; postergaram para um futuro não definido as reformas sociais; mantiveram sua determinação de não conceder nenhuma chance a qualquer oposição capaz de ameaçar este projeto. Neste contexto, a Igreja no Brasil entrou em uma **quinta etapa** no tocante ao seu relacionamento com o Estado. Imbuindo-se de uma consciência mais aguda de sua missão profética durante o Concílio Vaticano II, e inculturando-a na realidade histórica do continente por ocasião das Conferências do Episcopado Latino-Americano levadas a cabo em Medellín (1968) e Puebla (1978), a Igreja durante esta etapa assumiu o papel de “voz daqueles que não tinham voz”. Dentro deste enfoque defendeu o respeito e a promoção dos direitos humanos; advogou a causa dos marginalizados e excluídos pelo modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado; não se dobrou às exigências do Poder Político vigente, quando estas entravam em choque com a fidelidade à missão profética, que lhe era própria por direito divino.

A partir de 1985, quando o país retomou em maior plenitude seu processo de democratização, a Igreja tem buscado reajustar progressivamente sua linha de ação ao novo contexto histórico, e assim entrar coincidentemente na **nova e sexta etapa** de seu relacionamento com o Estado. Ao abordar o tema "Fraternidade e Política", a Campanha deste ano certamente contribuirá para precisar com maior nitidez as linhas de ação que provavelmente irão caracterizar o relacionamento Igreja e Estado nesse novo período. A experiência do passado oferece elementos de grande valia: respeito mútuo, entendimento, diálogo, parceria para o desenvolvimento, "voz daqueles que não têm voz", educação da consciência política dos fiéis. Antes de tudo, porém, está a fidelidade à sua missão profética.

O contexto histórico deste final de século oferece, porém, algo de original. A experiência política do Brasil no século XX demonstrou que uma modernização do país à altura das exigências do século XXI não pode ser levada a cabo por processos au-

toritários. Nos próximos dez anos, esta modernização deverá ser assegurada dentro do jogo democrático, sob pena de frustrar perigosamente as aspirações da sociedade. As reformas indispensáveis para a consecução desta meta são de grande envergadura, pois em muitos casos é necessário transformar substancialmente estruturas arcaicas, herdadas do tempo da Colônia, carregadas pelo Império e cooptadas pela Velha República.

A educação da consciência política dos fiéis, para que assumam suas responsabilidades no jogo democrático do Poder, apresenta-se como fator de alta relevância. A Igreja, ao mesmo tempo, parece não poder fugir à sua responsabilidade em cooperar com o Estado na busca de implantar no Brasil um processo de desenvolvimento sustentável: economicamente eficiente, socialmente justo, ecologicamente responsável, politicamente participado e assumido por toda a sociedade, especialmente equilibrado (rural-urbano), estratégica e operacionalmente integrado.

## APOIO DO PARLAMENTO EUROPEU À SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

*Capoib recebe resolução sobre a situação dos povos indígenas no país, a qual solicita ao governo brasileiro as garantias dos seus direitos constitucionais*

O Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib) recebeu uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em apoio à luta dos povos indígenas para garantir seus direitos constitucionais e a demarcação de suas terras. A resolução foi resultado de três meses de esforço feito por grupos parlamentares solidários aos

índios brasileiros. A embaixada brasileira, segundo fontes do próprio Parlamento, fez pressão para evitar que no documento aprovado tivesse alguma menção ao Decreto nº 22/91.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve recentemente na Europa, recebeu muitas manifestações de várias entidades e organizações não-governamentais contrárias às anunciadas alterações do referido decreto. A seguir na íntegra a resolução:

"Sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, o Parlamento Europeu:

— Recordando as suas anteriores resoluções sobre a necessidade de proteger os direitos do Homem do povo indígena do Brasil;

— Tendo em conta as suas resoluções sobre as medidas internacionais necessárias a uma proteção efetiva dos povos indígenas e sobre a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo;

A. A preocupação com informações divulgadas pela Funai sobre o suicídio, no ano em curso, de 36 índios Guarani no Mato Grosso do Sul, bem como sobre outras informações dando conta dos assassinatos perpetrados contra os povos indígenas;

B. Considerando que a Constituição Brasileira confere direito aos povos indígenas, especialmente em relação ao direito à terra;

C. Recordando que as áreas habitadas desde sempre pelos povos indígenas foram e são alvo de cobiça pelas suas riquezas naturais e, por tal, estes povos têm sido e são vítimas de invasões, massacres, assassinatos, intimidações e violências de toda a ordem;

D. Apreensivo diante das informações segundo as quais forças se manifestam no Brasil para modificar o artigo 231 da Constituição;

1. Reafirma o seu apego à defesa dos direitos do Homem e das minorias e pede às autoridades brasileiras que mantenham a sua vontade firme e várias vezes reiterada em prol da proteção dos povos indígenas;

2. Insta junto à Câmara dos Deputados para que seja mantida na Constituição as matérias referentes aos direitos dos povos

indígenas e valorizada a sua situação econômica e social;

3. Pede às autoridades brasileiras para que sejam firmemente combatidas as invasões e as violências contra os povos indígenas, e os seus culpados julgados com justiça e imparcialidade;

4. Convida o Conselho e a Comissão a transmitirem às autoridades brasileiras a sua apreensão diante da situação dos direitos do Homem e dos povos indígenas;

5. Reitera o pedido dirigido ao Conselho e à Comissão no sentido de ser elaborado um plano de ação da União Europeia destinado aos povos indígenas e reclama, como primeiro passo, um esforço acrescido de cooperação;

6. Apóia o trabalho de diversas ONGs presentes na área, e, em especial, na Amazônia brasileira, e felicita a Comissão pelo apoio dado aos projetos "Rádio Amazônia" e "Sustainable Forest in the Brazilian Amazonia", e convida a perseguir estes tipos de experiência, que se têm mostrado extremamente úteis para os povos da região;

7. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Governo brasileiro, à Câmara dos Deputados, à Funai e ao Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib).

---

Raimundo Caramuru Barros  
Minist. do Meio Ambiente – Brasília – DF

## ECOS DA CLAR NA GUATEMALA

De 1 a 6 de março realizou-se mais uma atividade organizada pela Clar, na cidade da Guatemala. O seminário teve como tema: "A mulher, a religiosa e o feminino".

Desta vez, a Confregua (Conferência de Religiosos da Guatemala) sediou e acolheu as representantes de cada Conferência da América Central, do Caribe e da América do Sul.

Ao todo participaram 40 mulheres e 2 homens, cuja presença foi um exercício de relações bastante igualitárias.

Congratulou-nos a presença de quase todas as Conferências, cujo testemunho de mulheres religiosas comprometidas com o futuro da VR feminina no continente demonstrou-se pelo desejo de recriá-la a partir do nosso corpo e espírito de mulheres latino-americanas. Neste sentido, o seminário só podia abrir pistas, encorajar a caminhada e semear grandes esperanças.

De certo modo assim o expressou a presidente, Ir. Elza Ribeiro, nas suas palavras de abertura: *"Hoje é um momento rico dentro da história da VR. Vamos refundá-la... rumo a uma humanidade irmã, reconciliada, reconstruída e ressuscitada"*.

### Passos do seminário:

1. Inicialmente algumas técnicas ajudaram a integrar as energias físicas do corpo e a harmonizar a vida que envolve o espírito humano com a mesma natureza. Recriando então um sentido sadio do corpo pronto a escutar e sussurrar as mensagens que este nos transmite a cada instante.

Uma Cruz Maya, tradicional a sua cultura religiosa, foi a marca espiritual das tradições guatemaltecas, enraizadas na grande civilização indígena de tempos idos, porém viva no coração e na memória da Igreja e Vida Religiosa de hoje. Na oração, Ir. Maria (Índia Guatemalteca) ritualizou uma celebração dirigindo-se ao Norte, Sul, Leste e Oeste num sentido universal e cósmico de totalidade/envolvente da Vida. Foi algo tão profundo que no seu estilo evocava o espírito franciscano.

2. Um segundo passo foi retomar o *"Projeto sobre a recuperação da memória histórica da VR feminina na América Latina"*, cujo objetivo geral é: *"Recuperar a história das comunidades religiosas femininas na América Latina desde 1959 até 1999 utilizando uma metodologia participativa e pesquisa de caráter histórico"*. Sendo acompanhado pela historiadora Ana Maria Bidegain.

Neste trabalho alguns aspectos foram destacados pela sua importância e significação abrangente para a história da VR latino-americana:

- Pela primeira vez nós mulheres nos apropriamos de nossa memória histórica, nós mesmas vamos escrevê-la.
- Vamos fazê-la num processo participativo, afirmando nossa identidade de mulheres.
- Vamos desenvolver uma consciência crítica e analisar o que temos feito e o que vamos fazer no futuro, redefinindo e clarificando os objetivos da VR feminina para a evangelização no Novo Milênio.

3. Um terceiro passo foi marcado pela dimensão teológica da reflexão sobre *"A identidade da VR feminina"*. Nesta perspectiva nos falou Maria Teresa Porcile Santiso de como ela mesma tem brigado em várias ocasiões não pelo que faz, e sim pelo modo como o faz, como mulher.

Portanto, a identidade feminina contextualiza a reflexão sociologicamente e pessoalmente. Buscar a identidade da VR feminina significa que tem havido mudanças significativas no jeito de ser mulher hoje, as quais têm influenciado no modo de ser da Vida Religiosa atualmente.

Biblicamente, a VR está no tempo oportuno da visita do Senhor à América Latina. É o momento de fazer memória histórica, rever a instância e o momento conflitivo para pensar e recriar a VR feminina reconciliada, renovada e ressuscitada, numa perspectiva dinâmica de sua própria identidade.

Recordo ainda as belíssimas liturgias marcadas com a particularidade de cada país, porém espelhando a largueza das diferentes culturas e a amplidão universal que caracteriza os nossos povos.

Quero concluir este informe agradecendo a cada participante deste seminário pelo

passo a mais dado no processo do projeto sobre a VR feminina e de um modo especial nossa *gratidão à Confregua* pelos dons recebidos na acolhida e estadia naquele país.

Dali partimos levando as saudades da fraternidade, a partilha das experiências e a esperança dos novos tempos belíssimos para a refundação da VR feminina, já que contamos com os elementos da tradição da VR e as categorias novas sobre a incultu-

ração como elementos a integrar no hoje da Vida Consagrada.

Também estamos contando em cada país com a solidária participação de cada congregação feminina, na esperança de poder realizar as etapas que seguirão ao presente seminário.

---

Rosa Adela Osorio Sierra, FMM  
Belo Horizonte -- MG

# FRATERNIDADE E POLÍTICA

## CF/96 – UMA POLÍTICA MAIS ALÉM DAS ELEIÇÕES

Rogério I. de Almeida Cunha  
Belo Horizonte – MG

O projeto político é relativo diante da fé. A fé tem o papel de criticar a política, pois a plenitude só acontecerá no Reino do qual a sociedade pode realizar apenas alguns aspectos.

### 1. A POLÍTICA É COMO O CALOR DO SOL

#### 1.1. O que significa para o mundo em que vivemos a nossa fé?

Num encontro de lançamento popular da CF/96, o pessoal fez duas comparações que ilustram o conceito de política que a CF procura articular: a política é como o calor do sol, que invade e entra em tudo o que nós fazemos. Por outro lado, a política é como a caixa de gorduras do esgoto: se está suja, nada na casa funciona, mas é porque nós não a limpamos.

Em primeiro lugar, este conceito foge às simplificações correntes, seja a diabolização em que facilmente incorre a mentalidade católica popular, seja as idealizações de quem se dedica sinceramente à política. A política “para além de proces-

sos eleitorais”, “a partir do pobre e do excluído”, e ligada “com o cotidiano das relações familiares, comunitárias e eclesiais” (TB 8) também é suja, e também a política eleitoral é limpa...

O recado da CF é muito claro. “A política é uma maneira exigente... de viver o compromisso cristão, a serviço dos outros” (Paulo VI – TB 15-18). “O povo que faz política ajuda a limpar a bagunça dos hospitais, a buraqueira nos bairros populares, a miséria dos salários baixos e do desemprego, a avacalhação nas escolas e muita coisa mais” (CF/NI). Se “até mesmo a fé tem uma ligação com a política, uma ligação muito forte e exigente” (CF/NI), o sujeito da política é o mesmo sujeito da Fé, e nele estão as raízes das ambigüidades: o sujeito da política não são os políticos nem as elites; o sujeito da política não é a Igreja, nem são as lideranças sociais. **Sujeito da política é o povo que se organiza.**

Independentemente do juízo que se possa fazer do passado, o que procuramos nesta CF é a eficácia histórica e social do nosso exercício de fé.

#### 1.2. Ser, falar e acontecer

A nossa Fé não é parálitica nem muda. Ela é um agir, uma fala social. Ela significa, por força do que é, alguma coisa para a sociedade. Mas isto não é automático.

Sendo sujeitos da Fé somos chamados a fazer sua voz chegar até alguém, temos a vocação teológica de **fazer ouvir** o que a Fé tem a dizer.

Mas a Fé não é uma fala verbal, e sim uma linguagem ampla, um **acontecimento** eficaz, um fazer, uma realidade que “se realiza” e “faz acontecer”. É o que nossos pais na Fé já exprimiram, ao consagrar a primeira afirmação da Bíblia de que “*no princípio, Deus criou*”! (Gn 1, 1). Deus é no *fazer*. “Ele diz e a coisa acontece!” (Sl 33 (32), 9a): Deus **faz** no dizer.

Esta identificação de ser e fazer, de acontecer e se fazer ouvir, é bem significativa, na palavra hebraica “dabar-devarim”, que é constantemente traduzida por “palavras” como por “coisas”, e se refere primordialmente às coisas que Deus faz, nas quais a Mãe de Jesus refletia, meditando no fundo do coração (Lc 2).

Esta identificação de ser — fazer — dizer acontece também no que chamamos comunicação ou mensagem. A gente não diz o que fala, ou quer dizer, mas aquilo que comunica. A gente não comunica aquilo que as palavras significam, mas o sentido da experiência que “acontece” na comunicação. Assim sendo, a mensagem não está no conteúdo semântico, científico ou cotidiano, pastoral ou teológico do discurso pronunciado, mas sim na experiência de fé que “acontece” no processo da convivência significativa, da comunicação vivida ou falada. A pretensão da “pastoral” é que estas duas “coisas” se sobreponham e coincidam. Nisto é que se dá, perante o mundo, a presença do cristão como sujeito da Fé.

### 1.3. O Mundo em que vivemos:

Mas, o que é este “mundo”? A política, que a tudo invade, e ao mesmo tempo depende tanto de nós, que se reveste de nossas ambigüidades, não pode ser com-

preendida isoladamente, como um setor especializado da vida humana. Para sua compreensão, a realidade global tem de ser considerada ao menos como o entrelaçar de três dimensões: A “vida”, a “sobrevida”, a “sociedade”.

Chamamos aqui de “VIDA” o conjunto de elementos preexistentes à toda atividade do ser humano, a natureza em que nascemos, da qual vivemos. Somos integrantes dela, mas seus mecanismos atuam inconscientemente em nós. A **NATUREZA** nos “produz”, e, nela, somos parte da Ecologia.

Apenas aparecido no mundo, o ser humano começou a atuar sobre ele, para sobreviver. Este esforço de produzir condições de vida e sobrevivida faz do ambiente “*natural*” o **MUNDO HUMANO**, o mundo produzido pelo ser humano ou simplesmente “**O MUNDO. O ser humano faz nascer o mundo**, que, assim, vive de nós. Além disto, este mundo é parte do existir humano, principalmente porque ele é “instrumento”, o conjunto de instrumentos com que nós completamos e constituímos constantemente nossa vida. Sobre o mundo, aplicamos nossa atividade mecânica de transformação das coisas ou das condições e relações. Mais que mecânica, a atividade de produzir, distribuir e servir é uma atividade intencional, regulada pelo saber. Nesta atividade, chamada **TRABALHO**, nós produzimos o mundo. Trabalho é o fecundo ato de amor entre ser humano e natureza.

Ambiente natural e mundo humano constituem o fundamento e o conjunto de condições que tornam possível ao ser humano o “**conviver organizado**”, ou seja, a **SOCIEDADE**. Ela é que faz de um grupo humano um “nós”. Chamamos de “nós” àqueles com quem convivemos, que não são “os outros”, seja o que não é uma sociedade, seja o que não é a “nossa sociedade”, os outros grupos de convivência. É

neste “nós”, nesta sociedade, que encontramos identidade e segurança social, na convivência com as outras pessoas. Da sociedade somos parte. Ela é feita de nós, e a sociedade nos usa para sobreviver coesa. Com nosso agir e nossa maneira de produzir vida e condições de vida, constituímos a sociedade. Ela nos faz de “nós”, e nos produz. Convivendo, constituímos a sociedade, e a construímos.

Assim, a política é como o calor do sol, que penetra tudo o que somos, fazemos e dizemos, mas também ela é boa ou má, ambígua ou definida, na medida em que nós somos bons ou maus, ambíguos ou definidos.

## 2. QUE “ACONTECIMENTO” NOSSA FÉ DESENCADEIA NO “MUNDO”?

Existem muitas maneiras de articular a racionalidade humana e a expressão da Fé. L. Boff identifica seis maneiras diferentes, ainda que complementares e por vezes interlaçadas: a linguagem apologética, a kerigmática, a do “mistério da salvação”, a teologia da Esperança, as teologias políticas e a teologia da Libertação. Cada uma delas é matriz de teologias, e representa uma mentalidade ainda viva, embora a caminhada histórica supere os aspectos específicos de cada uma delas.

A linguagem APOLOGÉTICA preocupa-se em afirmar a verdade e defendê-la. Sua matriz é o catolicismo, compreendido como um conjunto de dogmas, um código de ética e moral. É uma visão estática, que procura impor a verdade.

A linguagem KERIGMÁTICA procura “dizer” a verdade fazendo a experiência do sobrenatural. Mais que um conhecimento, visa produzir uma “iniciação” ao mistério. Ela nasceu no momento em que a rigidez do “Código de Direito Canônico”

foi completada com o esforço “pastoral” de trazer a teologia à prática. Socialmente é uma visão estática, mas desenvolve um certo dinamismo pessoal.

A linguagem da *história* do “MISTÉRIO DA SALVAÇÃO” começa a superar o conceito de “VERDADE” de Fé como dogma a ser conhecida ou código de comportamento social ou litúrgico a ser obedecido. A Mensagem cristã é mais a história de *um mistério no qual acontece a salvação* do que uma *verdade a respeito de Deus*, que cria e salva. Entretanto, seu dinamismo misterioso ainda não se concebe como atingindo a sociedade e seus processos históricos.

A história dos homens começa a ser percebida mais claramente na linguagem da TEOLOGIA DA ESPERANÇA. Segundo o filósofo E. Bloch, a realidade humana é regida por um dinamismo profundo protendido em direção ao futuro. No sujeito humano este dinamismo é a *Esperança* de um futuro de realização plena. A Teologia (J. Moltmann) aprende, de Abraão — o qual abandona tudo e funda um povo —, que há, por parte de Deus, uma *promessa* de realização deste futuro. Entretanto, este dinamismo é visto mais de maneira formal antropológica do que propriamente social.

A estrutura social torna-se explicitamente objeto de reflexão teológica com o nascimento das TEOLOGIAS POLÍTICAS. Qual é o *papel político da fé* e da religião? Fé e Religião não são questões privadas, mas processos sociais, que têm profunda relação com o exercício do poder e a convivência organizada em sociedade. Esta perspectiva desenvolve a visão “escatológica” da Fé, quando afirma que todo projeto político é relativo diante da Fé. A Fé tem, pois, o papel de criticar a política a partir da consciência de que a plenitude só acontecerá no Reino, do qual as sociedades podem realizar no máximo

algum aspecto mais ou menos relevante. Assim, o exercício da Fé torna-se a lembrança das promessas e da presença de Deus no seio do povo, e esta lembrança se torna uma crítica às tentativas humanas de realização plena. A Fé tem força política, tem o papel histórico de criticar a sociedade, haure sua força da visão escatológica do Reino, se articula como “memória perigosa e subversiva” das promessas divinas, vividas sinteticamente na pessoa de Jesus de Nazaré, o Cristo Ressuscitado.

A linguagem da TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO é para nós, hoje, quase uma maneira de pensar e falar a fé no contexto brasileiro. Ela nasce da *experiência da luta popular* pela conquista da dignidade de vida, interpretada pela visão teórica que a *teoria da dependência* tornou possível, iluminada e animada pela leitura da História Bíblica como *experiência-matriz*, da qual brotam nossa Fé e nossa Religião. A primeira experiência, de que se ramificam todas as demais experiências bíblicas, é o processo do Êxodo liderado por Moisés. É uma experiência de *trabalho*, que explode politicamente num processo histórico de libertação e caminhada.

A violência de repressão com que as elites latino-americanas responderam à resistência popular e aos esforços de libertação, mais alguns acontecimentos mundiais, como a “queda do muro de Berlim”, fizeram ver abertamente que o contexto opressor é mais forte e amplo do que o que parecia. O que se dá hoje, mais além da repressão exercida por um grupo no interior de uma unidade histórica, é um processo mundial de *transformação civilizatória*.

Nosso povo brasileiro é o resultado de três conjuntos de povos arrancados das próprias raízes: os indígenas aniquilados na própria casa, os negros arrancados ao solo africano, os europeus e pequenos grupos orientais emigrados. Um conjunto extremamente amplo e forte de fatores com-

pleta este DESENRAIZAMENTO CULTURAL, com o desmonte dos referenciais culturais e religiosos. Nosso povo vive um processo de destruição de suas referências sociais e humanas, como os Israelitas, tanto as elites arrancadas e arrastadas ao desterro na Babilônia ou nos mais variados países do mundo de então, quanto os grupos populares abandonados na terra, ao léu da própria sorte. E mais, mesmo voltando e tentando reconstruir a própria “Pátria”, o povo Israelita viu seu mundo religioso, cultural e político brutalmente destruído pelo poderio da cultura helenista e do Império Romano. Hoje a nossa compreensão de Fé tem de se aprofundar na percepção do que é o “Exílio”, este processo desumanizador de destruição total das referências culturais, sociais e religiosas. O papel central de Moisés é aprofundado pelas figuras de Jeremias do segundo Isaías, e principalmente do “Servo de Jahweh”. Em Jesus se entrecruzam e se realizam em plenitude estes vários projetos de reconstrução, libertação e resistência.

No contexto do Exílio vivido hoje como perda total e radical das referências, emerge com força o protagonismo do leigo, sujeito da Fé, que diz ao mundo, como Igreja, a palavra do Reino.

### 3. O QUE CONSTITUI O NOSSO MUNDO?

**3.1.** O Texto-Base da CF/96 tem uma concepção clara do que é o **Neoliberalismo**. Vamos acentuar aqui alguns aspectos. É que os ouvintes de uma mensagem costumam ouvi-la de maneira própria, compreendendo seus dados segundo os próprios pressupostos. Daí a necessidade sociológica de compreender estes pressupostos, a fim de articular uma linguagem menos manipulável pelo interlocutor.

O Neoliberalismo tem como objetivo explícito a desarticulação das forças so-

ciais, especialmente das organizações dos trabalhadores. Segundo seus princípios teóricos, exemplarmente colocados em ação pelo atual governo, o maior inimigo do progresso são as forças sociais que obrigam o Estado a se comportar como o responsável pelo Bem-Estar social. E estas forças sociais são principalmente os sindicatos, que atribuem ao Estado um caráter assistencialista.

Conseqüentemente, o papel do Estado tem de ser rearticulado. Por injunção internacional o MERCADO adquiriu um papel absolutamente determinante, e se sobrepõe ao poder dos Estados Nacionais. De fato, o mecanismo mais forte desta imposição é o crescimento desmesuradamente imenso do mercado financeiro, que desconhece todo e qualquer limite. Diante disso, não sobra ao Estado nada mais que o papel de garantir a livre circulação dos capitais necessários à vitalidade do mercado. Toda e qualquer outra atribuição do Estado, especialmente a defesa dos que são socialmente mais fracos, torna-se secundária, e vista com hostilidade. A concentração de riquezas e poder é prevista e teoricamente legitimada com a alegação de que, estando em mãos de menor grupo de pessoas, o capital será melhor e mais abundantemente investido em finalidades mais estratégicas. O Estado deve ser quase nulo perante o mercado, mas forte diante do que pode criar dificuldades para a expansão do capital. A exclusão não é apenas um preço a pagar, mas uma condição do crescimento.

Por isto o Neoliberalismo tem de se fazer aceito, para legitimar os preços que acarreta: a destruição ambiental, fruto da superexploração de seus recursos, o desemprego estrutural e crescente, fruto da substituição da mão-de-obra pelas novas tecnologias, a exclusão social daqueles cujos interesses obstaculizam a concentração. O que ainda não se consegue explicar cabalmente é o motivo pelo qual este projeto —

malsucedido e mal-articulado — consegue fazer-se ver como uma via ideal, a única via... O certo é que os Meios de Comunicação Social e a informatização desenvolvem papel primordial nesta empreitada.

### 3.2. O que é que destrói, desvaloriza a vida humana hoje?

Dentro deste projeto, o que é que destrói e desumaniza a existência hoje? Não basta se referir globalmente ao Projeto Neoliberal. Vamos ver os mecanismos que exigem de nós, cristãos de hoje, neste Brasil, um projeto político explícito, eficiente e eficaz. São as realidades negativas que nos cabe superar e negar, realidades históricas, cuja negação é a formulação de nossa UTOPIA.

Hipervalorização mundial do capital financeiro, que desvaloriza o trabalho humano produtivo.

Hoje o capital é acumulado de maneira sempre mais desligada do trabalho, do processo produtivo. Há uma crescente e monstruosa confiança nos mecanismos do mercado financeiro. A certeza, já formulada pelo pai do Liberalismo, Adam Smith, é de que o mercado, de maneira “natural” e automática, produzirá o bem-estar para todos. Enquanto isto, há uma massa de 13 trilhões de dólares que giram pelo mundo, não através de contas bancárias, mas de comunicação entre computadores. Entram e saem na economia de um país sem compromisso com investimentos sociais. Entrando produzem euforia financeira, saindo deixam um buraco econômico. Os capitais que têm “titularidade” (pertencem a alguém) também exercem pressão sobre os mecanismos e centros de decisão. O Mercado se impõe aos Estados e às empresas.

No Brasil atual isto é visível na questão bancária das últimas semanas. A sujeira das contas fantasmas do Banco Nacio-

nal era invisível numa economia inflacionária. Estabilizado o mercado financeiro, torna-se como um fratura exposta. Os comentaristas políticos e econômicos falam em crime, de que se sabe a natureza e se conhecem os autores. Mas o que rege o comportamento oficial é uma absoluta impotência de punição. Esta *política* mostra que não interessa a ninguém que “os cegos vejam, os surdos ouçam, os coxos andem...”

Em nota recente, a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB denunciou três fatos extremamente graves:

→ Para sanar bancos usaram-se 12 bilhões (6 bi só com o Nacional – noticiário 5.3) dos cofres públicos, mas para financiar os 3 bilhões necessários ao sistema de saúde institui-se um novo imposto (contribuição sobre movimentação financeira).

→ Coloca-se na cadeia um grupo de Sem-Terra por motivos juridicamente inconsistentes, para que não incomodem fazendeiros que grilaram terras devolutas.

→ Desmonta-se o sistema de demarcação de terras indígenas porque freia o processo de concentração da posse da terra.

O governo brasileiro teria certa razão em alegar de que se trata de um projeto internacional. Entretanto, ele tem sua parte de contribuição explícita.

O modelo nacional de integração submissa ao processo de globalização, encarado como irreversível.

O presidente e os responsáveis pela condução política do processo nacional afirmam que da estabilização financeira, e apenas dela, resultarão aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, geração de mais empregos e aceleração do processo produtivo, crescimento sustentado da economia.

Em nome desta confiança na eficácia social da “mão invisível” do mercado, as

questões sociais são adiadas por meio de várias medidas. Os SINDICATOS sofrem um processo brutal e cínico de desmonte, como se viu na repressão à prolongada greve dos petroleiros de maio/95. A proposta de sindicalistas ligados ao governo de instituir “contrato coletivo sem encargos sociais” é, na verdade, o enfraquecimento e “desmanche” jurídico das conquistas dos trabalhadores. O desprezo pelas reivindicações dos agricultores endividados no Sul do país e a repressão aos promotores de reforma agrária, os Sem-Terra, evidenciam que a opção do Governo Federal não é pela Justiça e convivência social, mas pela garantia dos mecanismos de mercado.

Diante do processo internacional, o governo está paralisado pela dívida externa. No nível nacional, é totalmente tolhido pelas alianças eleitorais com os setores mais conservadores da política nacional.

Na sociedade brasileira, o que destrói mais concretamente a vida humana é: o desemprego, a violência e a desorganização cultural.

— O DESEMPREGO estrutural galopante

Quanto mais se identifica trabalho com emprego (trabalho formal capitalista), mais se restringe a possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores. O DESEMPREGO é *acelerado* pelo crescente investimento em novas tecnologias, pela terceirização, pelo deslocamento da mão-de-obra em direção ao setor terciário (serviços) e ao mercado informal, desde o nível microcomercial dos camelôs até o gigantismo dos capitais movimentados pelo jogo do Bicho e pelo tráfico de drogas. Por fim, contrariamente à alegação dos teóricos, os proprietários de capitais sempre maiores não os investem em produção de bens ou de serviços mais proveitosos e eficientes. Muito pelo contrário, utilizam somas crescentes de dinheiro em gastos suntuosos e ostentatórios,

totalmente improdutivos e até mesmo de caráter socialmente parasitário, como a invasão cultural e a devastação ambiental pelo aumento do turismo.

— A VIOLÊNCIA SOCIAL é a confluência de várias condicionantes muito fortes, que atuam de maneira arraigada e se tornam um hábito social. O recurso a comportamentos que produzem a morte alheia em nome do próprio poder contradiz a concepção cristã de que o ser humano é IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS, feito para a vida e a convivência.

- A violência OFICIAL, de mentalidade policial e militaresca, que privilegia a justiça pela truculência.

- Existe uma violência que se realiza como BUSCA DE SOLUÇÕES IMEDIATAS mais compensadoras que o trabalho social e legalmente aceito: drogas, bicho e loterias, criminalidade. Ela é continuamente estimulada pelo desemprego, pela deteriorização do salário e das condições de trabalho e de sobrevivência.

- Por vezes, entretanto, o recurso à violência é RESPOSTA DESORDENADA ÀS VIOLÊNCIAS E DESMANDOS OFICIAIS: favelização, bandas punk e de jovens, depredação, pichação e até mesmo a necessidade extrema de obter terra mediante ocupação, como forma ilegal de corrigir a deformidade produzida pela grilagem. Aqui se misturam necessidades legítimas, como a de ter uma terra em que se possa trabalhar e morar, com necessidades culturalmente impostas, como o comportamento consumista e destruidoramente irreverente juvenil e infantil, importado pelos meios de comunicação. Os próprios líderes de “ocupações de terra” sabem reconhecer e analisar a tentação do recurso à brutalidade, freqüentemente negativo até do ponto de vista estratégico. Os trabalhadores rurais aprendem dos jagunços que os atazanam, da polícia que os reprime.

- É radical a Violência da DESAGREGAÇÃO SOCIAL. A aglomeração no espaço urbano produz reações de agressividade exasperada. O adiamento das medidas sociais necessárias, o desmonte dos serviços de saúde, de seguridade social e especialmente de educação vêm produzindo, desde pelo menos dez anos, o rebaixamento do nível cultural, de conhecimento, de expressão, de aspirações, de comportamento e linguagem.

— Finalmente, estamos assistindo quase impotentes a um processo radical de DESORGANIZAÇÃO CULTURAL.

- O êxodo rural e a urbanização forçada acarretam PERDA DA IDENTIDADE social e das raízes culturais. A única saída possível começa pela Reforma Agrária que o governo protela e boicota.

- A irrupção de REFERÊNCIAS CULTURAIS NOVAS, desconhecidas, impostas pelos costumes e pelos MCS. Os filmes provenientes de culturas estranhas à nossa bombardeiam o inconsciente de milhões de pessoas, especialmente jovens e adolescentes, com estímulos para os quais nossa cultura não tem resposta.

- MULTIPLICAÇÃO DOS ESTÍMULOS CULTURAIS ESTRANHOS à identidade, com aniquilação ou enfraquecimento dos referenciais. A vida cotidiana vai se tornando sempre mais complexa e brutalizada, enquanto a população infantil e juvenil é sempre mais exposta a situação e estímulos totalmente novos, estranhos, que nivelam realidades que, no interior da cultura, apareceriam de maneira bem diferente. Crianças de cidade que não conhecem frutas nem animais, e não distinguem as exigências religiosas dos comportamentos esportivos...

- Destruição dos referenciais básicos: valores religiosos, dos costumes, éticos: campanha da camisinha, violência. A campanha anti-AIDS é apontada com razão

B  
I  
B  
L  
I  
O  
T  
E  
C  
A

pelos Bispos como propaganda de sexo desenfreado, mas não temos possibilidade de fazer ouvir e compreender esta crítica. O comportamento sexual de toda uma geração será profundamente modificado.

- **DESORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL**, como seqüela da política neoliberal. É bárbaro o rebaixamento do nível educacional e cultural nos últimos dez anos.

- **PERDA DA HEGEMONIA** por parte da Igreja Católica, que já não tem possibilidade de controlar o processo. Os porta-vozes dos MCS não têm sequer informações elementares necessárias à compreensão e correta divulgação do que a Igreja diz e significa socialmente.

- **DESMORALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE AUTORIDADE** e das instâncias de poder — das instituições políticas e religiosas. O autoritarismo esvazia as instituições, reduzindo-as a meros aparelhos de prestígio e poder.

- **DESMONTE DO SISTEMA DE SOBREVIVÊNCIA**, por meio da substituição da mão-de-obra por processos tecnológicos e da substituição do produzir pelo comprar. Torna-se sempre menos transparente o fetiche do dinheiro, que acaba por substituir a todos os valores.

## 4. QUE FALA PROFÉTICA NOS RESTA ENTÃO?

**4.1. Temos de chegar aos “finalmente”. A fala da Fé é sempre profética**, pois ou expressa a indignação divina ante a destruição de sua obra ou obstrução de sua vontade, ou então a promessa de uma saída e reversão radical das condições negativas.

Talvez por isto, quem fala a partir da Fé corre o risco de não sintonizar com os interlocutores, pressupondo condições que não existem, ou provocando atitudes negativas.

As condições de vida infra-humana acabam por levar as pessoas a construírem um equilíbrio a que se acostumam, e a partir do qual até constroem certo bem-estar e autocompreensão. A linguagem religiosa batiza isto, por vezes, de comodismo, e fala uma linguagem de generosidade, pressupondo que as pessoas estejam prontas para o compromisso social. Falamos então, com entusiasmo, dos sacrifícios que o Reino exige, reforçando, de maneira implícita ou não, a idéia de que Deus gosta do sacrifício, e exige sangue para o cumprimento de seus preceitos.

Por que e como elevar o sacrifício a uma categoria tão sublime, se o que Jesus aponta como sinal do Reino é exatamente o fim de sofrimentos concretos? A realização do Reino, o processo de transformação social, supõe e exige pessoas felizes, de bem com a vida e cheias de vontade de expandir a alegria de viver. A mentalidade Católica, presa às espiritualidades de séculos passados, anteriores a muitas das conquistas de que somos hoje beneficiários, ainda tem muita dificuldade em aceitar como legítimo o princípio do prazer. A revolução não se dá sem o prazer da conquista, mas nós apregoamos com mais facilidade o princípio do sacrifício, como ato meritório e frutuoso diante de Deus.

A visão sacrificial é completada, de modo freqüente, pela atitude derrotista: afinal de contas, não podemos fazer nada porque o “inimigo” é terrivelmente maior e mais forte. Nada mais contraditório a toda a corrente de experiências bíblicas. No auge da destruição e da aniquilação, nossos Pais na Fé souberam articular a visão APOCALÍPTICA, da qual conhecemos hoje, mal e mal, alguns aspectos mais folclóricos que dinâmicos.

Um problema, entretanto, permanece, no nível da linguagem global: Como podemos conciliar a alegria do viver com a dor, indignação solidária?

Isto nos leva a formular de maneira mais imediata e concreta a pergunta feita desde o início:

→ Como falar a utopia, os valores radicais em que acreditamos? O objetivo a que visamos tornou-se mais claro. Precisamos produzir consensos, mecanismos históricos que levem à realização das metas inspiradas nestas utopias.

#### **4.2. O que queremos em última análise é a dignidade humana.**

Não existe dignidade humana sem alimento. Não apenas já experimentamos que “barrigas vazias não têm ouvidos”, mas temos ante os olhos o evangelho de Jesus, cheio de alimento e de festas. Vida é alimento, concretizado no pão. Onde há pão, a vida tem sentido, e se exprime na alegria de viver, na festa celebrada, ainda que no deserto, como a que Moisés reivindicou do Faraó (EX 3)

VIDA → ALIMENTO → PÃO

ALEGRIA → LAZER → DIVERTIMENTO E FESTA

O Cristianismo primitivo viveu a explosividade política desta concepção de vida. Não há César que o garanta, por mais que prometa “panem et circenses”, mas nós temos um ser humano concreto, Jesus de Nazaré, que é o Deus do pão que alimenta o corpo. Na ação de graças festiva, afirmamos a plenitude da vida do corpo.

**A brutalidade do DESEMPREGO, a destrutividade da VIOLÊNCIA e a radicalidade do DESMONTE CULTURAL** colocam no centro de nossas preocupações políticas, à luz da nossa Fé, a questão dos corpos humanos humilhados. Corpos que trabalham e produzem os bens e serviços de que somos beneficiários. Corpos privados do alimento e de condições mínimas de satisfação e dignidade. Corpos que gritam com suas feridas, seus contornos disformes, suas doen-

**ças, sua fome, seu comportamento descabido.**

É neste corpo que se dão as relações políticas: ecológicas, de trabalho, de convivência organizada, e para realizá-las cristãmente a Igreja nos convida nesta Campanha da Fraternidade.

A CF/96 é um conjunto de propostas muito ricas. Convido vocês a adquirir, ler, divulgar, multiplicar, estudar, aprofundar, reformular, incrementar o Texto-Base. Resumo aqui alguns aspectos de concretização destas propostas.

#### **4.3. Algumas propostas.**

##### **→ FALAR COM LINGUAGEM DO REINO**

Deus é criador e Pai, fonte da vida em plenitude. Plenificação da teologia do corpo.

- Estimular as formas culturais do povo, visando à criação de condições de uma identidade e segurança social, por meio de festas, formas típicas de produção e expressão da vida, expansão e elevação dos níveis de sonho, expectativa e abundância possível. Falar do bonito e do gostoso, do amoroso e festivo.

##### **→ FALAR UMA LINGUAGEM DE CONVIVÊNCIA**

Deus é trindade, convivência, comunicação.

- Estimular a criação de espaços em que o povo possa falar: grupos, clubes, equipes, coletivos, movimentos, associações, fóruns, debates, iniciativas... Soltar a voz do povo, seu grito, seu choro, sua indignação, sua vontade de vida. Restabelecer os instrumentos de expressão que o aniquilamento cultural esvazia, desapropria ou destrói. Devolver ao povo o que é dele: as festas, as lendas, os provérbios, as narrativas folclóricas, a capacidade de contar, de referir.

## → FALAR UMA LINGUAGEM DE CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE VIDA

Cristianismo é Ressurreição.

• Estimular novas formas de trabalho, não apenas como alternativas para a sobrevivência, mas também porque trabalhar é criar cultura e identidade. Um novo trabalho diversifica a produção da vida em espaços independentes do capital, cria espaços de vida autônoma, rebelde ante a exclusão imposta, dá segurança diante da aniquilação das perspectivas.

→ Fazer valer a CAPILARIDADE DA IGREJA, sua capacidade de repercussão na sociedade, criando imprensa alternativa, escrita, falada e em imagem.

• A linguagem religiosa tem uma capacidade extraordinária de penetração psicológica. A leitura bíblica exerce verdadeiro fascínio sobre os grupos populares que a

conseguem ler como livro do povo, como vida cotidiana de trabalhadores que viveram na companhia do Deus-que-caminha-conosco, "reina com o Pai" e "vence a morte", "na força do Espírito". Promover o uso alternativo da TV/vídeo, da informática, estimular a informação dos movimentos populares, a introdução na "internet", a democratização de instrumentos incontrolláveis de poder e penetração. Bombardear os noticiários com telefonemas, fax, comentários que representam uma opinião aceitável. Criar o hábito de interferir com o que se tem na formação pública de opinião.

"PARA O CRISTÃO,  
A ÚLTIMA PALAVRA É O REINO  
DE DEUS,  
VIVIDO JÁ AQUI E AGORA,  
MAS A CAMINHO DO REINO  
DEFINITIVO  
ONDE A JUSTIÇA E A PAZ  
SE ABRAÇARÃO PLENAMENTE."

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A nossa Fé, opina Rogério Ignácio, não é parálitica nem muda. Ela é um agir, uma fala social. Ela significa sempre, por força do que é, alguma coisa para a sociedade. Mas isto não é automático. Sendo sujeitos da Fé somos chamados a fazer sua voz chegar até alguém, temos a vocação teológica de fazer ouvir o que a Fé tem a dizer. Que conseqüências se seguem desta afirmação levada a sério na nossa vida cotidiana e nos nossos compromissos de missão?

2. O que constitui o nosso mundo? Tratando de responder a esta pergunta, o

autor faz uma breve análise do neoliberalismo, a partir do texto-base da CF/96. Quais as características desse sistema neoliberal que chamaram mais a sua atenção? Por quê?

3. Suposta a realidade socioeconômica e política em que vivemos e que agride sobretudo o povo pobre, o autor pergunta: como falar a utopia, os valores radicais em que acreditamos? Você já tentou responder pessoal ou grupalmente a esta questão? Quais foram os principais argumentos da sua resposta?

# CRUZ E REDENÇÃO NA TEOLOGIA E ESPIRITUALIDADE DE SANTO AFONSO

Vicente de Paula Ferreira, CSSR  
Belo Horizonte -- MG

O soberbo confia em suas próprias forças. Mas o homem não tem do que se engrandecer. Alimentar sentimentos de orgulho é colocar em risco a própria salvação. O desejo de receber aplausos aprisiona a pessoa e a faz cega para Deus.

**E**m setembro do presente ano a Congregação Redentorista estará comemorando os 300 anos de nascimento de seu fundador, Santo Afonso Maria de Ligório. Notamos que muitos estudos sobre a moral afonsiana já foram feitos, mas é necessário que exploremos muito mais a vasta obra deixada por Afonso. Sua Teologia Espiritual abrange um rico campo que muito pode nos auxiliar no autêntico seguimento de Jesus Cristo. Elementos como Cristologia e Soteriologia são fundamentais na tradição espiritual deixada por Afonso. Jesus Cristo, em sua morte de cruz, revela-nos o amor máximo de Deus para com toda a humanidade. Tal descoberta levou Afonso a combater a concepção de salvação entranhada nos cristãos do séc. XVIII. Lembramos a força do movi-

mento jansenista que pregava a salvação destinada a um grupo determinado de eleitos. Santo Afonso, diante disso, não se cansou de pregar, escrever e cantar que em Cristo nossa salvação é copiosa. Será que nos limiares do ano 2000 temos, em nossa práxis cristã, convicção espiritual disso? Que Santo Afonso nos ajude a responder a tal pergunta. E que com as festas do tricentenário do seu nascimento possamos redescobrir a atualidade do moralista, bispo, padroeiro dos confessores, doutor da Igreja e santo.

## 1. SANTO AFONSO: UM HOMEM DE SUA ÉPOCA

Todo homem é tocado por Deus a partir de um contexto. O homem se salva ao responder aos apelos de Deus dentro de uma realidade concreta que possibilita esse próprio encontro. E Santo Afonso, como todo santo, foi um homem profundamente enraizado na história de sua época. "Afonso foi o mais santo dos napolitanos e o mais napolitano dos santos", disse alguém.

Afonso Maria de Ligório, nasceu em 27 de setembro de 1696 em Marinella, um dos vilarejos de Nápoles, sendo filho do casal José de Ligório e Ana Cavalieri. O nome Afonso traz em si grandes evocações. Significa homem de origem nobre, pronto para o combate. Afonso gozava de um privilégio duplo: era o primogênito e

filho de uma família rica. O nome Ligório vem de "Liguros", que quer dizer ilustre. Os Ligórios eram cavaleiros napolitanos. O senhor José de Ligório era capitão da guarda marítima. Havia séculos que a família vinha servindo Nápoles e ocupando lugares notáveis na sociedade.

Nascido de família tão importante e com essas vantagens iniciais, o nobre napolitano só poderia ter tido uma formação de nível excelente. Aos sete anos começou sua vida de estudos. Sua formação acadêmica foi aprimorada pelas aulas em domicílio, como era costume nas famílias nobres. Aos doze anos, Afonso já havia cursado Filosofia, e, em seguida, cursou Direito, de modo que aos 16 anos já era doutor em direito civil e canônico. Enriquecido pelas oportunidades que a nobreza lhe oferecia e pelas facilidades pessoais, tornou-se, ainda, profundo conhecedor da música e da pintura.

Acompanhando essa formação humana, Afonso recebeu intensa formação religiosa, principalmente por parte de sua mãe. Já velho, o santo lembrava que guardava com carinho as orações que a mãe lhe havia ensinado. Era costume de dona Ana reunir os filhos todas as manhãs e noites para orações. Além disso, tinha diretor espiritual, freqüentava os padres do Oratório, fundados por São Felipe de Neri, e era membro da confraria dos doutores onde reinava um ambiente de fervor que edificava toda a Nápoles. Assim, Afonso crescia em seus talentos e em sua busca de Deus.

Podemos caracterizar toda a vida de Afonso como um constante êxodo para Deus, seu único bem. Sua formação jurídica se completa em 1712. Em 1713, tornou-se advogado. Dez anos mais tarde viveu a crise mais séria de sua vida quando abandonou a advocacia e começou a se preparar para o sacerdócio. Tal fato se deu por ocasião da perda de uma causa por

injustiça de seus adversários. Saindo do tribunal, após a derrota, ele disse: "Mundo, eu te conheço, adeus tribunais". Anos mais tarde, Afonso chamou esse dia 28 de agosto de 1723 o dia de sua conversão.

Outro período de profunda transformação foi 1731-1732, quando descobriu a ignorância das pessoas que viviam nas montanhas de Nápoles. Depois de cansativos trabalhos como padre diocesano, foi a Scala para alguns dias de descanso. Mas que descanso! Descobriu aí os simples cuidadores de cabras que viviam numa total ignorância religiosa. O encontro com essa gente marcou Afonso para o resto de sua vida. Deixou Nápoles para viver no meio desses abandonados, experiência que culminará na fundação da Congregação do Santíssimo Redentor (1732).

Notamos, nessa caminhada, um processo constante para um encontro cada vez mais íntimo com a pessoa de Jesus Cristo. Tal encontro se dá na passagem da experiência do temor para a experiência do amor. Nos tempos de sua juventude, quando era muito influenciado pelo rigorismo, o medo da perdição era forte em Afonso. A imagem de Deus que fazia parte do contexto sócio-religioso do séc. XVIII era a de um Deus cruel. Já na conversão de 1723, começou a ser gestada uma nova imagem de Cristo. A conversão não foi movida pelo temor, mas pelo desejo de amar a Deus na pessoa de seu Filho Jesus Cristo. Por ocasião da fundação da CSSR, a Cristologia afonsiana era marcada por um certo misticismo. Falava-se muito em dar-se todo a Jesus Cristo. Isso foi expresso em suas composições poético-musicais escritas quase todas nos anos 1730-1745. No entanto, é a partir de 1750 que sua teologia ganha caráter acentuadamente cristológico. O Cristo vai aparecendo cada vez mais como revelador do autêntico rosto de Deus: Deus-amor. E por volta de 1758-1760, Afonso começa a se concentrar na cruz de Cristo como elemento da máxima revelação do

amor de Deus para com a humanidade. E, por fim, o último Afonso podemos caracterizá-lo como aquele que descobre que o amor de Cristo continua presente por intermédio do sacramento da Eucaristia<sup>1</sup>.

Enraizado na história de sua época é aí que Afonso traçou um caminho de encontro com a pessoa de Jesus Cristo. Em meio a um ambiente cujo temor da perdição amedrontava as pessoas, o santo descobriu que na cruz de Cristo Deus ama profundamente o ser humano com um amor superabundante.

## 2. EIXOS DA TEOLOGIA DA SALVAÇÃO AFONSIANA

Em suas pregações e escritos, Afonso não se preocupou em usar um estilo sistemático, rebuscado. Antes não abria mão de uma linguagem popular. Usou não uma linguagem intelectualista mas a florada do coração. Era profundamente preocupado com a transformação radical da pessoa em nível de prática de vida. A prática era o mais importante para ele, que conseguiu fazer passar a teologia das mentes intelectuais de sua época aos corações das pessoas simples, sedentas de Deus. Eis aí um de seus visíveis méritos.

Apesar de sua vasta produção intelectual, notamos que Afonso era um homem da prática. Vivendo em meio a tantas teorias que não tinham incidência na vida das pessoas, dos cristãos, tentou, em suas obras, mexer com o coração e levar o homem a buscar o essencial: amar, no concreto da vida, a Jesus Cristo. Sua obra: "A prática de amar a Jesus Cristo"<sup>2</sup>, revela-nos bem isso.

Nas primeiras páginas de "A prática de amar a Jesus Cristo", temos explicitado o amor que Deus tem desde sempre para com a humanidade. Desde a criação, podemos perceber esse amor. Mas só com a Criação poderíamos ainda duvidar. Então, depois

de usar de todos os meios para atrair o homem ao seu amor, Deus nos manda seu próprio Filho. Quando o homem, devido ao pecado, não deu uma resposta positiva a Deus, Jesus Cristo vem a nós para nos resgatar das trevas. Deus não envia nenhum outro ser, mas a si mesmo. Nenhuma fonte de amor entre Deus e homem é maior que a fonte perene: Jesus Cristo. E a prova máxima desse amor é a cruz. Santo Afonso não se cansou de repetir esse versículo: "Tanto amou Deus o mundo que entregou seu Filho único, para que todo que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3, 16). Com tal pensamento Afonso mostra que o amor de Deus não exclui ninguém. A santidade não é restrita a círculos limitados de cristãos eleitos, investidos da graça infalível por um insondável decreto de Deus, como pregava o jansenismo<sup>3</sup>.

O envio de Cristo se dá na forma mais radical de amor: a morte de Cruz. É um amor sem reservas que nos constrange. A redenção do homem tem esse dado objetivo, concreto e visível: a cruz. Para alguém que chegasse a duvidar do amor de Deus, o santo recomendava: olhe para a cruz. Ela não suporta dúvidas, é a revelação máxima. Se temos motivos para temer a morte eterna por causa de nossas faltas, de nossas infinitas ofensas a Deus, temos motivos muito mais fortes para esperar a vida eterna.

Os sofrimentos de Cristo até sua morte na cruz são prova do amor de Deus para com os homens e elemento essencial na cristologia afonsiana. O Cristo de Afonso é um Cristo embebido por uma "kénosis" constante, desde o início de sua vida. A encarnação seria o início do aniquilamento que tem seu cumé na cruz. A encarnação e a morte são duas faces do mesmo mistério: a entrega do Filho ao Pai e a nós. O Cristo afonsiano seria, nesse sentido, um varão de dores que tem como pano de fundo a "kénosis" de um Deus que quer,

ESTUDO DE

de forma apaixonada, mostrar o seu amor por nós. A morte de Jesus não é necessidade predeterminada. Ela é uma conjugação das vontades salvíficas do Pai e obediência do Filho. A hora da paixão, não pensemos nós, não era a hora em que a onipotência de Deus estava escondida, mas era a hora de sua máxima revelação. Na cruz o amor de Deus triunfa e a nossa redenção superabunda.

É bom ressaltar aqui o modelo de redenção apresentado por Afonso. Há uma evolução, uma progressão no seu pensamento. O primeiro modelo é o jurídico e o cultural, muito forte no século XVIII. O pecado era considerado como uma lesão à ordem, à honra de Deus. Por isso, o homem devia pagar. Mas o pecado afeta a divindade e o homem não tem poderes para essa reconciliação. Então, Jesus Cristo é o homem-Deus que se solidariza com o homem para tal satisfação. A lógica desse esquema é a seguinte: o homem comete uma agressão contra Deus, então quem pode corrigir tal agressão é somente um homem que seja Deus: Jesus Cristo. Afonso tenta evitar esse modelo ao dizer que o Filho é livre para escolher tal caminho. O drama não é entre o Pai e o Filho, mas entre a humanidade e Deus. Em seu processo de amadurecimento acontece, é claro, endurecimentos de sua posição ao falar de sacrifício expiatório. No entanto, o modelo mais tipicamente afonsiano é o da manifestação e doação de amor. Todo o processo da morte de Cristo numa cruz é envolvido por um mesmo e imenso amor ao ser humano. Falar de redenção é falar que somos comprados por um altíssimo preço, que somos de Cristo. E mais: "Para redimir e para salvar-nos não era indispensável a morte de Jesus; mas para entregar-nos totalmente e fazer-nos entender seu amor era necessário que chegasse até a cruz"<sup>4</sup>. A redenção não é, assim, simples satisfação, mas superabundância de amor.

E qual o papel do homem em seu

processo salvífico? É o homem um boneco pacífico que só recebe algo que vem de fora? Utilizando 1Cor 13; Afonso mostra-nos, também em "A prática de amar a Jesus Cristo", as principais virtudes a ser praticadas e os vícios a ser corrigidos por aqueles que amam verdadeiramente a Jesus Cristo. E assim, revela-nos como a retribuição humana ao amor de Deus é essencial para a salvação. Reflitamos sobre isso.

O dado objetivo de nossa salvação é Jesus Cristo, e a sua realização plena e mais expressiva é sua morte na cruz. Para o homem, esse é o prêmio. Agora, resta praticar, retribuir esse amor porque o amor busca o amor. Não havendo a união com Deus que se dá na entrega total à sua vontade, nada feito. A salvação é não colocar obstáculos à ação amorosa de Deus em nossa vida concreta. Experimentar o amor de Deus trata-se de algo que deve movimentar internamente o homem levando-o a uma orientação profunda de sua vida para Deus. A concretude dessa opção é a prática de virtude básica: a caridade. O que é a caridade e o que não é a caridade?

A caridade é paciente. Jesus carregou sua cruz com paciência. O sofrimento vivido na paciência e no amor a Deus será critério para nossa salvação. O sofrimento é a prova máxima de que realmente amamos uma pessoa. Os sofrimentos que surgem a partir de nosso esforço em fazer a vontade de Deus, esses santificam.

A caridade é benigna. Quem ama a Deus quer amar a todos os homens. O amor a Deus fundamenta e leva o amor aos irmãos, a todos os homens. Não existe amor a Deus sem amor ao próximo. A expressão melhor desse amor é a mansidão. Ela converte o mundo. O mal não deve ser pago com o mal. Com exemplos concretos, Afonso fala que o papel de superior deve ser exercido com mansidão. E o missionário deve ser bondoso para com todos. A bondade leva as pessoas a Deus, a ira as

afasta. A mansidão deve ser exercida principalmente para com o pobres, os doentes e os inimigos. E, por fim, para conosco mesmo. A raiva contra nossos erros demonstra soberba, como se não fôssemos criaturas totalmente dependentes de Deus.

A caridade não é invejosa. Quem ama a Jesus Cristo não tem inveja das coisas do mundo. Invejar as coisas do mundo é não viver em total doação a Deus. É viver sem liberdade de espírito. Quem é livre de espírito busca somente agradar a Deus. Muitas pessoas querem agradar a Deus mas colocam muitas condições. "Maldito o amor-próprio que faz perder todo ou em grande parte o fruto das nossas obras boas! Quantos há que mesmo em seus trabalhos de pregador, confessor, missionário se cansam, se sacrificam e pouco ou quase nada lucram com isso, porque não têm em vista unicamente a Deus mas a glória mundana, o interesse, a vontade de aparecer ou, ao menos, a própria inclinação"<sup>5</sup>. E mais adiante, o santo vai acrescentar que é preciso que estejamos desapegados de tudo, até dos próprios exercícios espirituais, se Deus está nos querendo em outra coisa.

A caridade não é orgulhosa. Quem ama a Jesus Cristo foge da tibieza, ama a perfeição e os meios de alcançá-la. Distinguem-se dois tipos de tibieza: a inevitável, da qual nem os santos conseguem escapar; e a evitável que são os pecados refletidos, deliberados e que vão sempre ocasionando outros pecados. Essa segunda deve ser combatida. Eis alguns meios de combatê-la.

1) Desejo de perfeição. Na caminhada cristã, quem não avança acaba retrocedendo ao ser arrastado pela natureza corrompida. E Deus quer que todos sejam santos. "Deus quer que todos sejam santos, cada um em seu estado de vida: o religioso como religioso, o leigo como leigo, o sacerdote como sacerdote, o casado como casado, o negociante como negociante, o soldado como soldado e assim todos os estados de

vida"<sup>6</sup>. 2) Não basta só o desejo de ser de Deus. Ele precisa ser acompanhado de uma decisão firme. Quando a decisão é firme, Deus sempre ajuda pela sua graça. 3) Meditação é indispensável, pois ela é uma luz que não nos deixa na escuridão. É o que nos faz permanecer em Deus. A meditação não deve ser feita visando a consolos, mas para enxergar a vontade de Deus para nossa vida. 4) Buscar sempre a Eucaristia que é presença continuada de Cristo entre nós. 5) Por último, temos a oração como grande arma. É a grande mediadora de graças. Quem não reza não se salva. A oração revela essa atitude básica do homem que descobre sua verdadeira relação com Deus: o homem como ser totalmente dependente de Deus.

Por saber que as forças, os méritos não têm origem em si próprios, quem ama a Jesus Cristo não se envaidece. A pessoa que é de Deus não se orgulha de suas qualidades, pois sabe que todas elas vêm do próprio Deus. O soberbo confia em suas próprias forças, mas o santo se alegra com aquilo que lhe mostra sua fraqueza. O homem não tem do que se engrandecer. Alimentar em si sentimentos de orgulho é colocar em risco a própria salvação. O desejo de receber aplausos aprisiona a pessoa e a faz cega para Deus.

A santidade, pois, é a conformidade de nossa vontade com a vontade de Deus que significa desapego em relação a tudo, colocando Deus como alicerce que tudo fundamenta. A característica de quem faz a vontade de Deus é a liberdade de Espírito que leva sempre à renúncia de si.

### 3. A SOTERIOLOGIA AFONSIANA E OS ENFOQUES ATUAIS DA TEOLOGIA DA REDENÇÃO

A soteriologia afonsiana respondeu às questões levantadas num contexto deter-

minado. Veio ao encontro dos anseios da Igreja do sul da Itália, no século XVIII. Afonso soube oferecer uma mensagem de esperança em uma época em que a Igreja vivia um devocionismo em que boa parte do clero rural vivia em estado de ignorância e uma massa de pessoas era pobre e angustiada. A teologia, por sua vez, enveredava-se na rigidez dogmática. Afonso soube proclamar, nesse meio, a gratuidade do amor de Cristo, expressão do grande amor de Deus por nós. A morte de Cristo é nossa salvação: nela a redenção é copiosa, eis o que o santo não se cansou de anunciar. Anúncio esse baseado no otimismo e não no conformismo, pois o homem deve corresponder com amor ao amor de Deus com uma práxis concreta.

A centralização do pensamento de Afonso na cruz de Cristo implica uma concordância com a tradição cristã e, por outro lado, revela-nos uma nova valorização, pelo menos de forma explícita, do resto de vida terrena de Jesus. Afonso não parece preocupado com atitudes de Jesus diante da realidade social e histórica e sua solidariedade humana. Hoje, no entanto, a reflexão sobre a redenção de Cristo deu grandes passos no sentido de perceber a vida toda de Jesus como grande obra de redenção, corrigindo, assim, lacunas que marcaram a explicitação da soteriologia cristã<sup>7</sup>.

A morte de Jesus não pode ser separada de sua vida. Não pode ser vista como um ponto matemático em que se deu nossa salvação. A morte de Jesus, seus sofrimentos, é o cume de uma práxis. Portanto, a vida toda de Jesus se desvenda como realização da redenção do ser humano, diz a reflexão hodierna.

A práxis de Jesus é redentora porque ela é uma constante abertura ao Pai. Jesus não conservava nada que não estivesse em conformidade com o projeto de Deus. Em suas atitudes concretas, Jesus mostrou que

vivia para o Pai ao dar-lhe uma resposta transparente. Esta resposta foi sendo plasmada no trajeto normal de uma vida humana. A vida de Cristo foi a história de sua libertação e não a execução de passos já traçados por Deus. Jesus Cristo se salvou e se tornou sacramento de salvação porque deu uma resposta totalmente positiva a Deus. E essa resposta teve desfecho num momento de "kénosis" absoluta: a morte de cruz. Essa práxis de Jesus revela-nos sempre uma proposta de libertação. Jesus sempre relativizou a auto-suficiência humana que, constantemente, busca apoio em absolutizações escravizantes. Sua resposta foi a única: a de autodoação a Deus e ao próximo, brotando daí, de forma esplêndida, a salvação. Por isso, toda a vida de Cristo é redentora.

A partir desse dado uma pergunta pode e deve ser feita: o sofrimento tem um valor redentor? Ou foi ele apenas um detalhe na vida do próprio Cristo? Nossa tradição cristã trabalha bem, com ricas reflexões, o esgotamento, a "kénosis" vivida por Cristo como elemento essencial salvífico. Um dos aspectos mais ressaltados por Afonso, no que tange a vida de Cristo, foi seu sofrimento. Sofrendo, Jesus nos dá prova máxima de amor. A riqueza dessa visão é grande, só que ela comporta também os limites de uma época em que a morte dolorosa de Jesus tornou-se suficiente por si mesma sem relação com a sua vida. Isso causou lacunas na cristologia como o próprio esquecimento da vida de Jesus. Então, em que sentido podemos falar do valor redentor do sofrimento sem perdermos essa unidade cristológica?

A teologia atual, principalmente a teologia da libertação, questiona o sofrimento não o aceitando como algo querido por Deus. O sofrimento não tem sentido por si mesmo, mas podemos conferir-lhe um: Deus quer que lutemos contra a dor. O que faz o sofrimento digno é a justa causa. Combater o mal traz implicitamente uma

dimensão martirial. A dor sugerida daí, como foi a Cristo, é abençoada por Deus. Desse modo a cruz, muito mais do que objeto que deve ser compreendido por nossas reflexões, deve ser assumida como escândalo. Por viver o confronto entre projeto de Deus e as pressões existentes em sua época, Jesus sofreu até a morte.

Dizer que Deus condena o sofrimento é dizer que o cristão deve ser sinal profético contra toda forma de dor proveniente da recusa do homem ao projeto de Deus manifestado e realizado em Jesus Cristo. Num contexto latino-americano, que clama por justiça, o cristão deve levantar a bandeira da esperança de que em Cristo o que vale é o amor fraterno. Lutar por isso não quer dizer ficar acorrentado às amarras dessa história que passa, mas testemunhar que em Cristo fomos libertos para praticar a justiça e o amor fraterno. Não se trata de consumir-nos num esforço proveniente de nós mesmos, mas do espírito de Cristo redentor que age em nós, em seus seguidores.

As constituições redentoristas, de forma legislativa, trabalham, com certa complementaridade, esses elementos da teologia da redenção hodierna sem perder a inspiração básica de Santo Afonso. Podemos aí encontrar, mesmo que não seja de modo muito distinto, três noções de redenção. Três enfoques que se complementam: redenção entendida como libertação da alienação de Deus e da degradação moral; uma visão mais compreensiva, que inclui uma dimensão humana; libertação das pessoas das forças e pressões sociais, econômicas e políticas.

A redenção como libertação das necessidades espirituais e morais da humanidade é vista a partir do relacionamento do homem com Deus. Libertação é entrar na união com Deus e sair do pecado. Persistir na ignorância de Deus é permanecer na morte. Esta visão é estritamente ligada com

o pensamento de Afonso que concebe a salvação como sendo libertação da ruína que ameaça a humanidade da separação eterna de Deus. Em Afonso não há menção de salvação aqui e agora, pois o pensamento predominante é o escatológico.

Já a redenção como desenvolvimento continuado da nossa pessoa humana e do mundo novo engloba não só a salvação da alma, mas do homem todo e de seu mundo. Essa visão é encontrada em muitas passagens das constituições e caracteriza seu espírito. "Essa redenção atinge o homem todo, aperfeiçoa e transfigura os valores humanos para que todas as coisas sejam recapituladas em Cristo (Ef 1, 10; 1Cor 3, 23), e conduzidas a seu fim: uma nova terra e um novo céu" (constituição 6). Esse pensamento é bebido no Concílio Vaticano II, como podemos encontrar nos números 34, 38 e 39 do documento conciliar "Gaudium et Spes".

O terceiro modelo que aparece é o da redenção como libertação da opressão social, política, econômica, psicológica etc. Por redimir o homem todo, Cristo veio não para libertar uma parte do homem, mas todo o seu ser e tudo aquilo que está à sua volta. A libertação real é também aquela que derruba as falsas pretensões de poder de camadas sociais sobre as outras. A teologia da libertação é a grande defensora desse modelo. E a própria Igreja desperta cada vez mais para isso, como mostra o pensamento de Paulo VI: "A Igreja tem a obrigação de anunciar a libertação a milhões de seres humanos sendo muitos deles seus filhos espirituais; um dever de ajudar uma tal libertação em seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização".

Os três enfoques não nascem do acaso. Eles participam de uma caminhada feita pela Igreja que sempre busca ser fiel ao chamado de Jesus: ser, no mundo, sacramento de salvação.

## 4. REFLEXÃO CONCLUSIVA

Santo Afonso continuou a atualizar a redenção de Cristo num contexto determinado. Nesse ponto, o santo nos chama a atenção para também sermos participantes da história e não meros espectadores. Ensina-nos também que a mensagem trazida e vivida por Cristo só é salvífica quando encarnada no cotidiano da vida humana. Muito mais que doutrinas, Afonso preocupou-se com a existência concreta dos cristãos, como ficou claro em "A prática de amor a Jesus Cristo". Por isso, o santo não nos apresenta grandes descobertas para a doutrina da Igreja, no que diz respeito à teologia sistematizada. A sua grande contribuição foi sua própria vida e seu trabalho evangelizador. Um homem escolhido para destacar-se em meio aos anseios da nobreza, renunciou aos avanços do século das luzes para viver com os considerados atrasados. Não foi um homem de vanguarda para a Teologia. Mas soube mostrar, em um momento de impasse, a riqueza mais nobre do cristianismo: na cruz de Cristo Deus revela e realiza seu amor transbordante pelo ser humano. Isso deve chegar como desafio e como incentivo para a Igreja e, sobretudo, para os redentoristas que queiram continuar a redenção nos limiares do ano 2000. Encarar a salvação como algo que toca a existência concreta do homem é levar a sério a história humana e o próprio fato de Deus ter se encarnado nela. É perceber que tudo que fazemos carrega consigo traços definitivos. E o eterno não é uma realidade totalmente alheia à nossa vida. Por isso a salvação se dá na vida concreta, na prática do amor fraterno, como se deu com o próprio Cristo.

Por viver sempre na ambigüidade, entre graça e pecado, o homem é sempre carente de redenção. Hoje, notamos isso quando deparamos com algumas características da sociedade atual, as quais sur-

gem como desafio à própria salvação do homem. Podemos dar até alguns exemplos. A sociedade atual revela-nos a força do subjetivismo. A sociedade não rege mais o indivíduo como acontecia no modelo tradicional. O sujeito é quem dá as regras para tudo. As instituições são vistas como algo já ultrapassado. O segundo elemento encontra-se no domínio exercido pelo poder econômico, de cunho utilitarista. O religioso, nesse esquema, é utilizado, em muitos casos, com fins lucrativos. Os símbolos religiosos aparecem desenraizados da vida, não sendo expressão da vivência fiel de uma comunidade. Uma terceira característica da sociedade atual é o individualismo. No que diz respeito à salvação, o indivíduo age com duas forças motrizes: o utilitário e o afetivo. Procura-se sempre se dar bem, sentir-se bem. E como há uma vasta oferta de religiões, o indivíduo escolhe a que melhor satisfaz seus desejos. O que deveria ser atitude de abertura ao outro-Outro, reverte-se em busca demasiada do que é de interesse pessoal. Além disso, encontramos uma massa de pessoas desesperançadas, como na época de Afonso, e excluídas pelo sistema. A todo momento deparamos com o grito dos pobres que sofrem as conseqüências mais diretas do egoísmo humano.

Diante desse quadro, o cristão, o redentorista devem ser um profeta que clama no deserto, pregando o amor misericordioso de Deus e condenando o que não está em conformidade com a mensagem de Cristo e seu Evangelho. Com isso podemos exclamar: como tem sentido trabalhar na obra da redenção do mundo! Redenção já trazida e realizada por Cristo, mas que só será plena no encontro definitivo do homem com Deus, na parusia. Enquanto isso o carisma de Santo Afonso e de seus filhos redentoristas terá seu lugar na história da humanidade e da Igreja.

# NOTAS

1. Para esse item, assim como para toda a reflexão, foi pesquisada a obra de Noel Londoño, CSSR, "Teologia de la Pasion de Cristo en Santo Afonso de Ligorio", dissertatio ad lauream (não publicada), Roma: Pontificia Universitas Gregoriana.
2. Santo Afonso Maria de Ligório, "A prática de amar a Jesus Cristo", Aparecida, Santuário. Talvez seja a obra das mais conhecidas do santo. É a mais devota e útil como ele próprio dizia.
3. O Jansenismo tem sua origem em 1610 com a

publicação do livro "Augustinus", e seu pensamento central pode ser assim resumido: a necessidade absoluta da graça contra a insuficiência total das obras humanas no que diz respeito à salvação. Além disso, a redenção não é universal mas destinada a um grupo determinado de eleitos.

4. Londoño, "Teologia de la Pasion", p. 111.
5. Afonso, "A prática de amar", p. 10.
6. Ibid, p. 62.
7. Sobre os enfoques atuais da teologia da salvação, a seguinte obra pode ajudar na reflexão: Boff, "Paixão de Cristo, paixão do mundo", Vozes.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Em suas pregações e escritos, afirma o autor, Santo Afonso não usou uma linguagem intelectualista mas saída do coração. Era profundamente preocupado com a transformação radical da pessoa no nível da prática de vida. Que linguagem precisamos usar hoje, como Vida Religiosa, para que o anúncio do Reino que pretendemos ser com nossa vida atinja e converta os corações a mais justiça e solidariedade?
2. Santo Afonso iniciou na Igreja um caminho de seguimento de Jesus que acentua a dimensão da misericórdia redentora e salvífica do Pai, manifestada na Cruz e Ressurreição de Jesus. Tal carisma tem-se mostrado fecundo na história por intermédio daqueles que se comprometeram com os ideais de Afonso. Que fazer concretamente para que nossos carismas de fundação mantenham sua original força profética nas diferentes situações históricas?

# HERANÇA PERENE, NOVOS DESAFIOS

Hermann Schalück,  
Superior Geral O.F.M.

"O que Jesus não assumiu,  
também não o salvou."

A assunção plena da condição humana é requisito indispensável para a libertação e a redenção. Eis a razão dominante da inculturação do Evangelho. Falar só não basta. Penetrar a história e encravar nela o próprio testemunho.

## OBSERVAÇÃO PRELIMINAR

Agradeço de coração aos responsáveis pela UCESM (União Centro-Européia de Superiores Maiores) por me terem convidado a dirigir a palavra a esta ilustre assembléia de toda a Europa. Gostaria de propor-lhes algumas considerações pessoais, em forma de teses, sobre a nossa identidade como religiosos a caminho de uma nova Europa. Refletindo, durante a preparação desta palestra, digo-o com franqueza, nem sempre me senti muito à vontade. Afinal, pode-se falar de uma específica "identidade da Vida Religiosa na Europa"? O Sínodo sobre a Vida Consagrada não mostrou que questionar-se sobre a identidade e a missão é tarefa de todos os caris-

mas, Ordens, Institutos e Continentes, e que tal urgência relativiza as fronteiras geográficas e culturais? Além disso, o que se entende por identidade? Falamos de uma identidade que se manteve estática e inalterada durante dois milênios, ou referimo-nos a algo em evolução, isto é, a um modelo de Igreja e de Vida Religiosa que, partindo das profundas transformações contemporâneas, se prepara para o futuro, para o terceiro milênio? Penso que nos questionando sobre nossa identidade devemos contentar-nos com respostas provisórias e parciais.

Por outro lado, também a Europa, nosso continente, sofre de não poucas dores. É difícil, se não impossível, falar hoje em dia de uma "identidade" da Europa. A Europa é uma realidade complexa e, sobretudo no nosso século, caracterizada por catástrofes e mudanças radicais e profundas, por rapidíssimos avanços tecnológicos, pelo surgimento e súbito desaparecimento de modelos de pensar, de concepções e cosmovisões, de ideologias, sistemas políticos e constelações. Após o fracasso do socialismo real, a convergência e talvez até a unidade política parecem estar mais próximas, embora não sejam, absolutamente, algo evidente. Vivemos num continente que ainda está muito longe de uma nova identidade, apesar da superação da guerra fria e da criação da União Européia, da qual participam, solidamente integrados econômica e politicamente, 15 diferentes países. Ao mesmo tempo, estamos preocupados — não só nós europeus mas

também muitos outros povos do mundo — com alguns fenômenos que ainda hoje caracterizam o nosso continente: a mudança, quando não a dissolução, de valores na Europa ocidental e central; o vazio cultural e espiritual que o socialismo deixou atrás de si; a desumanizante e anti-solidária “filosofia” de mercado, o neoliberalismo e o individualismo competitivo, característica de todas as nações européias, sem exceção. E por fim, não devemos esquecer que na Europa continua a reinar uma guerra sem sentido e que há inúmeros refugiados em várias partes do nosso continente.

Assim, pois, não colocamos o tema da nossa identidade num espaço neutro, mas numa realidade concreta, marcada por grandes contradições e tendências contrastantes. Apesar disso, temos de ver a nossa caminhada de consagrados europeus, e perguntar-nos que heranças da nossa história queremos conservar com firmeza; como vivemos a atual crise da Europa e também da Igreja e da Vida Religiosa na Europa; e com que esperanças ou temores caminhamos rumo ao futuro<sup>1</sup>.

Com esta minha contribuição, baseada em algumas reflexões teológicas, gostaria de oferecer alguns modestos elementos para a discussão. Estou certo de que, com a experiência e perspectivas que têm, vocês contribuirão para a renovação da Vida Religiosa no nosso continente, complementando, assim, o que faltar à minha exposição.

## TRÊS TESES SOBRE A VIDA RELIGIOSA NA EUROPA

### Os Institutos religiosos<sup>2</sup>, criadores e transmissores de cultura.

A Vida Religiosa está estreitamente ligada à história da Europa, tendo colaborado para plasmá-la. Contribuiu para formar a cultura do nosso continente, tanto na base (cultura popular, usos e costumes,

ensino escolar) como nos níveis superiores (universidades, atividades de pesquisa). Poder-se-ia até dizer que os Institutos religiosos reconhecidos pela Igreja acompanharam todos os “períodos cruciais de mudança” havidos na Europa, assumindo, como resposta a eles, formas características de seguimento de Cristo<sup>3</sup>. Os Institutos religiosos são, por assim dizer, indicadores dos períodos de mudança e sinalizadores do caminho que se abre para os novos tempos: a tradição monástica aparece no final do período das migrações dos povos e influi como fator de estabilidade social na sociedade agrária da alta Idade Média; o movimento mendicante modela-se interna e extremamente na baixa Idade Média, ao tomar certa distância da sociedade feudal corporativa, com o advento das cidades e da burguesia urbana; a Companhia de Jesus delineou seu perfil histórico no início da época moderna pelo confronto espiritual com a Reforma e o início missionário do Novo Mundo; o século XIX está marcado pela fundação de uma infinidade de novos Institutos apostólicos, sobretudo femininos, que respondem, cada um a seu modo, aos problemas religiosos e sociais da nascente era industrial.

Não é difícil perceber que tudo isso nos leva ao tema que esta Assembléia está a refletir, isto é, que modelo de Vida Religiosa e de outros Movimentos espirituais acompanhará ou deve acompanhar o início do terceiro milênio. E aos religiosos do ocidente coloca-se um problema totalmente novo: como compreendemos a grande abertura ecumênica ao monaquismo ortodoxo, como o acolhemos e até que ponto estamos dispostos a aceitar sua mensagem. Afinal, a Europa foi influenciada também pela Igreja ortodoxa.

### Os Institutos religiosos, indicadores de Deus em tempos de crise.

Numa leitura teológica da história européia e mundial, é legítimo compreender

os Institutos religiosos como sinais e “terapia” de Deus para o respectivo período (N. Lohfink). Eles encarnaram-se nas diversas épocas e respectivas culturas, contribuíram para a sua modelação, participaram dela, como também partilharam das suas culpas, fracassos e reconstruções: “A força para a necessária renovação da Igreja, o impulso para enfrentar uma nova forma de sociedade emergente, a consciência do indivíduo, concentraram-se e cristalizaram-se numa comunidade de fé que encontrou o seu rosto próprio e característico no conceito geral de ‘ordem’”<sup>4</sup>.

Todavia, os Institutos religiosos são fundamentalmente sinais de “transcendência”; de *o que é Deus, de quem é Deus, de qual o seu plano para a história*. Apesar de todos os condicionamentos de cada época, são sinais “escatológicos” que interpretam o tempo e concomitantemente apontam para o futuro, recordando que a história da humanidade e do cosmos é, em última análise, uma constante história de salvação e libertação que ainda espera a plenitude; uma história feita não só de tragédias e culpas, mas também de perdão gratuito, de novos horizontes, de encarnação sempre nova do Evangelho. Quem lembra esta perspectiva ao homem pós-moderno?

### **A transmissão da experiência de Deus, sentido profundo dos Institutos religiosos.**

O sentido dos Institutos religiosos não está naquilo que fazem, mas naquilo que são ou deveriam ser: lugares da experiência de Deus, “testemunhas de Deus no mundo de hoje”. Numa visão meramente histórica ou sociológica, este aspecto poderia ser facilmente esquecido. E, no entanto, é e foi um elemento constitutivo fundamental para a gênese da Vida Religiosa nas diferentes épocas da história da Europa, apesar de todos os condicionamentos

que no tempo ofuscaram as imagens de Deus<sup>5</sup>. Esta missão fundamental e permanente dos Institutos e Comunidades religiosas está ligada à missão básica da Igreja, que deve ser sempre instrumento e sacramento da salvação iniciada em Jesus Cristo, sem nunca se considerar ponto de referência absoluto.

Como disse W. Kasper, no Sínodo de Würzburg, os Institutos religiosos são por assim dizer uma “concentração quase sacramental, uma ilustração profética daquilo que realmente é a igreja, daquilo que é a vida segundo as bem-aventuranças, a vida segundo o Espírito Santo, a fé vivida em radicalidade, uma fé que renuncia a tudo para tudo ganhar”. A Igreja, e tudo o que ela faz, está ao serviço do Reino de Deus, da sua justiça e da sua paz, e anuncia, por palavras e obras, o Deus que é a vida e que quer que todas as criaturas tenham vida, e não miséria e morte. Também a Vida Religiosa está sujeita a esta lei.

## **DIFICULDADES PARA DETERMINAR “O LUGAR” DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS HOJE**

### **Secularização, perigo mortal ou oportunidade?**

O catolicismo do século XIX e inícios do século XX, com a sua impressionante coesão, guiada e garantida pela hierarquia, pertence ao passado. Os mundos confessionais especiais foram definitivamente dissolvidos. Os católicos e os membros de Institutos religiosos foram colocados diante dos múltiplos desafios da secularização. Penso que, ao contrário do que se faz com frequência, não deveríamos olhar para a secularização como mera manifestação de decadência. Os nossos contemporâneos consideram positivas as principais conquistas

tas do iluminismo e da secularização na Europa: a liberdade, o direito à individualidade, o primado do juízo pessoal, a co-gestão na política e na economia, a autonomia da consciência ética e moral.

Pergunto-me se é justo e útil para a Igreja e para Vida Religiosa na Europa atribuir ao conceito de “secularização” só, ou principalmente, fenômenos negativos como, por exemplo, a perda do sentido da transcendência, o individualismo, o materialismo, o subjetivismo sem limites, o hedonismo e o ateísmo. Na minha opinião, mais importante seria esclarecer melhor que a tendência humana para a liberdade e a autonomia, e a “pluralidade” que daí resulta, oferecem numerosas oportunidades positivas ao cristianismo do futuro; que a Igreja continuará a ser Igreja de Jesus Cristo e que o seguimento radical de Jesus conserva todo o seu sentido, e será um claro indicador escatológico se se tornarem menos uniformes e, conseqüentemente, mais articulados com o mundo do que foram nos últimos 200 anos da sua história.

### Os bastidores da “sociedade da experiência”

Há alguns anos, o sociólogo Gerhard Schulze descreveu o cenário cultural da Alemanha usando o termo “sociedade da experiência”<sup>6</sup>. O que afirma da Alemanha, na minha opinião, poderia ser aplicado também a muitos outros países da Europa. No centro está a “estetização do cotidiano”. As coisas da vida cotidiana (vestuário, diversões, automóveis, tempo livre) são elaboradas de forma que tudo se torne uma qualidade de experiência, tenha um bom aspecto e produza sensações agradáveis. Tal contexto de experiência substitui todos os ambientes precedentes baseados no status social ou confessional, e cria novos ambientes que produzem novas classes sociais, uma vida mais longa, um estilo e um sentido de vida superiores. Por um lado,

por trás deste processo está um profundo sentimento individualista da vida; por outro, está também a tendência de buscar orientação e segurança nos outros, segundo o lema “amarrados sem amarras” (M. Bongardt). Não raro os jovens das novas gerações são qualificados de “egocêntricos necessitados de apoio” (A. Foitzik). Segundo Schulze predomina um “etnocentrismo ambiental” claramente orientado para si mesmo e com limites fechados.

Como se pode facilmente perceber, tal contexto oferece um terreno pouco favorável ao crescimento e desenvolvimento de valores muito importantes para a Igreja, como a solidariedade, a gratuidade, as obrigações e os compromissos pessoais e comunitários duradouros. A pergunta é: Como pode a Igreja, como podem os Institutos religiosos inculturar-se nesse contexto, se os seus ideais de vida são a entrega, a gratuidade e a solidariedade?

### A filosofia de mercado

Um perigo muito sério para a Igreja e para a Vida Religiosa na Europa, e não só na Europa, é a mentalidade segundo a qual com o dinheiro se pode comprar já, ou a curto prazo, tudo ou quase tudo; segundo a qual, a felicidade está no consumo (consumo de bens, informações, opiniões, ofertas de lazer e tempo livre, televisão, sexualidade). A mentalidade que determina a produção e a venda quase ilimitada, como também o rápido consumo, impregna sempre mais a sociedade do ocidente e do oriente europeu e parece não deixar muito espaço a comportamentos que se baseiam em outras motivações.

Que importância têm, por exemplo, os votos e promessas, que supõem confiança, entrega de si mesmo, aceitação do “nada” da gratuidade, e até a renúncia? Daí que muitos, não só entre os cristãos, percebam a profunda insuficiência da “filosofia” do mercantilismo. Do contrário, como expli-

car a multiplicação de novas formas de religiosidade, sobretudo de religiões esotéricas? O projeto de vida cristã no seguimento de Jesus torna-se difícil neste contexto. Mas isso não quer absolutamente dizer que seja impossível ou sem sentido. Trata-se, portanto, de inculturar o Evangelho e as opções evangélicas neste mundo concreto. Como? Não há receitas prontas, mas temos a promessa de que o Espírito está presente e operante entre nós e que todo o tempo é tempo de Deus.

## PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

### Os Institutos religiosos, sinais de transcendência

Como fizeram até agora, os Institutos religiosos devem criar cultura, comunicá-la e, depois de renová-la, entregá-la ao futuro. E deveriam fazê-lo no futuro com a mesma sensibilidade e coragem com que o fizeram nos períodos de grande mudança do passado. Pier Giordano Cabra expressou-o desta forma: "A nova Europa chama-nos. Queremos assumir os seus desafios, pois queremos perceber os sinais da presença do Espírito Santo para dar-lhes uma resposta: cada Instituto com o seu próprio carisma e cada membro de um Instituto religioso com o seu impulso missionário. Depende também de nós se a Europa se alinha menos do lado do mercado, do individualismo e de uma religiosidade esotérica e mais do lado da solidariedade, da liberdade emancipada e da fé cristã e eclesial, sem nos criar, todavia, excessivas ilusões sobre a possibilidade de poder influir diretamente sobre a sociedade. A nossa tarefa consiste em manter ilhas de testemunho cristão"<sup>7</sup>. Os Institutos religiosos e outros grupos religiosos encontrarão, no futuro, a sua identidade também no fato de serem sinais da salvação em Cristo, uma

salvação que eles celebram, procuram, mostram aos outros e oferecem com sinais e símbolos, mas sobretudo com a vida.

### Testemunho de Deus

Muitos fatos indicam que o futuro dos Institutos religiosos, na Europa e em outros lugares, dependerá radicalmente da sua capacidade de testemunhar a presença de Deus neste mundo complexo e, portanto, da sua capacidade de se colocar radicalmente o tema de Deus e da experiência de Deus. Gostaria de citar novamente J. B. Metz: "A principal tarefa profético-crítica das Ordens, hoje em dia, consiste em ser testemunhas de Deus num mundo ateu, mas aberto à religião, numa época de religião sem Deus. Portanto, não se trata já de caracterizar a situação de fundo com a afirmação 'Jesus sim — Igreja não', mas com a afirmação 'Religião sim — Deus não'. O profeta desta religiosidade pós-moderna não é Jesus, nem Marx, mas Nietzsche, pregoeiro de uma religião dionisíaca, que pensa chegar à felicidade evitando o sofrimento e a dor — uma religião compreendida como tranqüilizante de angústias errantes, como uma espécie de encantamento místico... que acalma as inquietudes escatológicas transformando-as no sonho do retorno à igualdade"<sup>8</sup>.

Estou convencido de que a Vida Religiosa na Europa e no mundo secularizado terá um lugar, uma oportunidade, uma missão, quando ela centrar a sua identidade sobretudo na experiência de Deus e no testemunho do Deus de Jesus Cristo. Na minha opinião, trata-se de criar no nosso mundo lugares de experiência de Deus e, ao mesmo tempo, de desmascarar, de forma realista e crítica, os "falsos deuses" da nossa época. A dimensão contemplativa da nossa existência tem uma importância vital para todos, tanto homens como mulheres, tanto para os de vida ativa como para os especificamente chamados 'contem-

plativos'. Somos testemunhas de Deus no mundo, capazes de olhar contemplativamente para a criação, para o mundo e para os homens, com os seus temores e esperanças? Pois é somente da contemplação que nasce a compaixão, o companheirismo, a solidariedade autêntica e duradoura. É somente graças à contemplação que podemos encontrar o caminho que leva aos homens e com os homens, e não apenas aos que pertencem ao próprio credo.

São necessários instrumentos de paz, de escuta e de reconciliação. Quando o Senhor penetrar na nossa história e se sentar à nossa mesa, surgirá a família, a fraternidade entre os filhos do único Pai. Quando no nosso horizonte aparecer um Deus, ferido como nós, poderemos também nós ser curados (1Pd 2, 24). Quando a autoridade e o serviço eclesial consistirem sobretudo em escutar os outros, especialmente os mais fracos, ajudá-los a viver e a continuar na caminhada, estarão então a manifestar-se os sinais da chegada do Reino de Deus. Quando procurarmos viver segundo o Espírito de Jesus, brotarão ilhas e oásis de verdadeira e autêntica paz, uma Igreja capaz de evangelizar, já que ela foi a primeira a assumir o Evangelho e a fazer dele a sua forma de vida. Numa palavra, a nossa identidade não consiste neste ou naquele aspecto concreto, mas em ser para os outros testemunhas do Espírito de Deus. E isso só será possível se corajosamente nos perguntarmos de que realmente vivemos e se pudermos responder dizendo que, apesar das nossas fraquezas e no meio de todas elas, no fim de tudo, vivemos da fé no Senhor Ressuscitado, do Evangelho, do memorial da sua vida, da celebração da sua presença no pão e na vida.

### **Ao serviço de uma cultura da "compaixão" e da solidariedade**

"Um sinal característico especial da 'sociedade da experiência' é a sua de-

crescente solidariedade, tanto com os que vivem fora dos ambientes estabelecidos da nossa cultura como com os que vivem em culturas completamente distintas e, longe de encontrar o sentido da sua vida na experiência estética, com freqüência se vêem obrigados a lutar por sua sobrevivência. O espírito das modernas sociedades da *cultura da experiência* é francamente hostil aos pobres. E isso parece-me uma grande oportunidade de criar, na nossa sociedade, mundos de experiência alternativos, sociedades e comunidades nas quais estejam cordialmente integrados homens que, de uma forma ou de outra, pertencem atualmente ao mundo dos pobres. E esta, geralmente, é uma autêntica aventura; e proporciona experiências que, pela sua profundidade, humanidade e beleza, superam amplamente a qualidade da experiência habitualmente existente na nossa cultura. Mas o preço disso tudo é, literalmente, a simpatia (a compaixão)".

Estou convencido de que, na narcisista "sociedade da experiência" e na Europa ameaçada por novos nacionalismos, os Institutos religiosos, sobretudo os Institutos internacionais, terão cada vez mais a missão de ser pequenos fatores proféticos de uma contracultura positiva, no sentido da integração do outro, de solidarizar-se com os oprimidos e optar pelos pobres. A Vida Religiosa na Europa deveria ajudar a vencer o ódio ao estrangeiro e superar as divisões, vivendo, com mais intensidade do que até o presente, a palavra de Paulo, segundo a qual o problema não é ser "judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher", pois todos somos um em Cristo e herdeiros segundo a promessa (Gl 3, 28-29).

### **No meio dos homens**

A tarefa fundamental do seguimento de Cristo consiste em anunciar, mais com a coerência da nossa vida do que com as palavras, um Deus que optou pelos pobres.

Talvez possa dizê-lo de outra forma: a nossa missão fundamental — particularmente hoje, quando tudo se move em escala mundial — consiste em anunciar, com grande intrepidez e imensa esperança, a promessa do amor de Deus e da libertação de todos os pobres e de todos os homens empobrecidos por um mundo estruturalmente injusto. Para a Igreja, os homens não são objetos da assistência pastoral ou social, mas sujeitos da sua própria libertação.

Uma importante motivação para a Vida Religiosa renovada consiste, portanto, em ser “com e entre os homens”, na capacidade de uma escuta desprovida de preconceitos, sem respostas apressadas, na atenção amável, naquela fraternidade em que Jesus não é apenas “Senhor” mas também “irmão” de todos. Parece-me que, no limiar do novo milênio, se deve pedir à Vida Religiosa na Europa uma intensa espiritualidade de “êxodo”, isto é, uma espiritualidade que nos faça sair de comportamentos e estruturas que nos tornam os privilegiados da Igreja e da sociedade. Creio que deveremos deixar-nos conduzir com mais energia do centro para a periferia da Igreja e da sociedade. No futuro, seremos julgados mais pela nossa capacidade de criar “células” de vida cristã, do que pelas nossas atividades em grandes “estruturas” e “obras”.

### **Fraternidade internacional**

Como J. B. Metz, gostaria de perguntar: Os nossos Institutos, precisamente porque em geral não são organizados em nível regional mas universal, não deveriam ser células naturais de uma bem-sucedida vida comunitária intercultural, modelos geradores de convívio entre mundos culturais diferentes<sup>10</sup>? E, de fato, os Institutos religiosos são convidados a procurar uma verdadeira inculturação não apenas no Extremo Oriente e na África, mas também nas diversas culturas européias. E o que

significa isso? Mais adiante farei uma breve reflexão sobre isto.

Neste momento quisera chamar a atenção sobre o caráter de testemunho das comunidades internacionais e interculturais. Há alguns anos, a minha Ordem vem fundando comunidades internacionais em vários países da Europa, como a Albânia, Lituânia, Ucrânia, Rússia e Kazaquistão. E isto não tanto porque, em iniciativas deste gênero, a Ordem deva manter-se unidade em nível mundial, mas porque nas regiões onde existe o perigo do nacionalismo é importante que existam sinais claros de uma nova maneira de pensar. Se, apesar das dificuldades, não só não perdemos tempo dando atenção às diferenças, mas antes procuramos infundir um novo tipo de vida a partir de uma nova compreensão de “fraternidade internacional”, então aflora algo do Evangelho de Jesus Cristo. A vida em fraternidades internacionais não é, portanto, uma realidade secundária, ou um gesto estratégico. É, sim, evangelização por meio do exemplo. Nos últimos anos, ouvi repetidamente os jovens frades africanos dizerem: “Vendo como vocês, membros de nações diferentes, sinceramente se esforçam por viver como irmãos sob o mesmo teto, cremos ter compreendido melhor o que implica e significa a Evangelização na África”. Estas experiências não poderiam ser aplicadas também na Europa?

### **A serviço da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação**

O compromisso com a paz, a justiça e a integridade da criação é aspecto essencial de uma evangelização coerente com uma fé integral e comprometida para a “vida do mundo”. Quando se trata da vida e do futuro do mundo e do cosmos, então não se pode separar fé e terra, redenção e libertação, serviço a Deus e serviço a um futuro humano com dignidade. E aqui se manifesta um especial desafio à Vida Re-

ligiosa. E, de fato, vejo sempre mais irmãs e irmãos a assumir a exigência do Evangelho de restabelecer a paz e construir um mundo de paz na justiça e serem guardiães da criação, dispostos a assumir novos compromissos proféticos no seguimento do Senhor crucificado e ressuscitado. Se, por exemplo, olharmos para as mudanças radicais ocorridas na ex-União Soviética e nos Bálcãs, então fica claro, a meu ver, do que se trata. Não há necessidade só de estratégias, nem de armas que substituam uma política digna do homem. Precisamos de homens e mulheres que, com respeito e estima, sintam forte o desejo de viver em comunhão com o próximo, sobretudo com o “diferente”; que sejam capazes de ouvir e perceber a ação de Deus no outro; que não se apresentem como senhores mas como servos, irmãos e irmãs. Uma nova ordem mundial, que não se contente em ser simplesmente uma ordem imposta pelo equilíbrio das forças existentes no momento, não é pensável sem o sentido da solidariedade, da compaixão, sem a disponibilidade para ouvir, partilhar e conviver.

Neste contexto, também as pessoas consagradas, segundo a sua identidade e missão, não são principalmente chamadas a fazer assistência pastoral e caritativa, mas a ser sinais de uma nova cultura de vida comunitária e de paz.

### **Inculturação e força transformante dos votos**

Poderíamos impostar esta reflexão teologicamente e, com o velho axioma da Escolástica, dizer: “O que Jesus Cristo não assumiu, também não o salvou”. A assunção plena da “condição humana” é requisito indispensável para a libertação e a redenção. Aqui está a razão determinante da inculturação do Evangelho. Nesta linha, pode-se ver como muitos membros de Institutos religiosos, em todos os continentes,

inclusive na Europa, não se contentam em falar em inculturação, mas procuram penetrar profundamente na história e nela encravar o seu testemunho de Deus em novas e simples formas de vida fraterna entre os pobres, centradas não tanto em obras, nem mesmo em obras de caridade ou de serviço. Mas centradas num novo estilo. O estilo de uma Igreja de irmãos e irmãs sob um só Senhor, o estilo da oração e da contemplação no mundo e com uma linguagem à qual os pobres podem unir-se se forem convidados, o estilo de novas relações entre homens e mulheres, clérigos e leigos. E tudo isso numa cultura de sociedade, de gratuidade, de liberdade e pobreza evangélicas, de purificação de qualquer sede de domínio e de violência. Estes valores contradizem a cultura dominante das nossas sociedades ocidentais. Comprometer-se de forma coerente e por toda a vida com o seguimento de Jesus e segundo o modelo dos nossos fundadores e fundadoras significa verdadeiramente estar mais “por baixo” do que “por cima”. Não por masoquismo, mas na convicção profunda de que, por fim, as esperanças se realizarão e toda a terra terá vida em plenitude.

Estou profundamente convencido de que o futuro da Vida Religiosa na Europa e fora dela depende da nossa capacidade de encarnar na nossa cultura moderna e pós-moderna os clássicos votos, como comportamentos críticos e libertadores<sup>11</sup>. Efetivamente, numa dialética que só pode ser compreendida e vivida a partir da lógica da encarnação, os votos implicam, por um lado, uma vontade de “inculturação”, uma vontade de solidarizar-se incondicionalmente com o mundo e com a criação, e por outra, uma coragem para ser “contra-cultural”. Uma Vida Religiosa inculturada não só nas longínquas África ou Ásia, mas também na Europa secularizada, deve procurar entender e viver os conselhos evangélicos de tal forma que a sociedade de consumo e a “cultura da experiência” pos-

sam reconhecê-los como possibilidade para alcançar a liberdade e a maturidade humana e como serviço ao Reino de Deus e à sua justiça.

Numa espiritualidade renovada, os votos não são renúncia ou fuga do mundo, mas possibilidade de tornar-nos livres e adquirir um olhar criativo sobre o mundo, segundo a fé cristã. Na nova Europa, somos convidados a viver os conselhos evangélicos como um estímulo à ousadia, não como uma obrigação a evitar alguma coisa. Na Europa e fora dela, os votos podem ser sinais de solidariedade com as vítimas da história e da sociedade, uma bênção para os que são pobres de vida e de esperança. "A pobreza torna-se pobreza partilhada com os pobres, o celibato encaminha-nos para os que estão sós e para os que são célibes contra vontade, a obediência impele-nos para a solidariedade com os oprimidos, os deficientes, os marginalizados"<sup>12</sup>.

### Presença nos "novos areópagos"

No último Sínodo dos Bispos falou-se muito dos "novos areópagos", ou seja, dos lugares da cultura do nosso mundo atual e pluralista onde os Institutos religiosos devem testemunhar o Evangelho com grande coragem e franqueza, como o anunciou Paulo no Areópago de Atenas (At 17, 16-34). Espero vivamente que os religiosos da Europa, clérigos ou não, homens e mulheres, continuem presentes ou passem a fazer-se presentes nas universidades, nas escolas superiores e nos centros de pesquisa — não só os teológicos —, nas redações dos jornais e das televisões — não só da Igreja — e em muitos outros lugares, como, por exemplo, nos centros de produção artística, a fim de participar de forma crítica e aberta nos debates públicos das nossas sociedades e culturas, sendo sal, fermento e luz, numa atitude de "inculturação" do Evangelho de Jesus que, como dissemos antes, deve dar ou a sua adesão ou a sua resposta.

Uma presença deste tipo, cujas exigências prévias são a fidelidade à opção de vida evangélica e a coragem para empreender novos caminhos, sem absolutamente esquecer a formação inicial e permanente, deriva do caráter essencialmente missionário da Vida Consagrada. Por outro lado, a nova missão e participação na formação da cultura europeia exige que, em vez de "lamentarmos" os tempos difíceis em que temos de viver, "intervenhamos" no seu interior, abrindo corajosos e, em parte, novos caminhos que dêem novas respostas a novos desafios.

### Sinais da "diferença reconciliada"

#### a) Entre contemplação e profecia

A nossa atual crise é uma oportunidade para um novo começo. Creio que nestes tempos, muito dolorosos sob vários pontos de vista, o Espírito do Senhor despertará entre nós novos dons da graça (carisma). Entre os numerosos ministérios e dons do Espírito são particularmente urgentes e necessários (e às vezes também insuportáveis) a memória salvífica, a profecia incômoda e a ousadia dos passos novos. No passado, e isso foi um resultado desastroso, grande parte dos Institutos religiosos esqueceu a dimensão criativa da sua missão — e muitos de nós tivemos ocasião de o experimentar — e fechou-se em árido ritualismo e formalismo. Hoje, apesar (ou talvez até melhor, por causa) de todas as graves crises e sinais de imobilismo, parece-me que existe — também nos nossos ambientes — uma oportunidade nova e única de redescobrir e retomar para a Igreja da Europa e para o mundo a missão dinâmica e carismática — no melhor sentido da palavra —, profética e missionária dos Institutos religiosos.

Não se trata já de fugir do mundo, mas de olhar amorosa e contemplativamente para o mundo, com as suas esperanças, os seus medos e as suas ameaças; de cami-

nhar para e com os homens; de caminhar para e com os pobres e fracos; de refletir com coragem e radicalidade sobre as atuais formas de pensamento, instituições, obras e estruturas da Igreja e dos Institutos religiosos, porque nem sempre é claro que eles respondem às exigências radicais do Evangelho. Trata-se de uma presença entre os pobres que seja ao mesmo tempo contemplativa e missionária, ativa e fraterna, em atitude de escuta e de diálogo, para ser sinal e instrumento de paz num mundo sem paz e estruturalmente injusto, como também num meio ambiente e numa natureza explorados e roubados na sua dignidade<sup>13</sup>. Um dos maiores desafios que o novo milênio nos há de apresentar será viver a contemplação e a profecia em profunda unidade e, ao mesmo tempo, em tensão bipolar.

#### b) Entre homens e mulheres

A vitalidade da Vida Religiosa na Europa dependerá também da capacidade de promover a superação dos preconceitos baseados na pertença a um ou outro sexo, de conseguir um novo estilo de colaboração entre homens e mulheres na Igreja e na sociedade. A imensa maioria dos religiosos europeus são mulheres, e apesar disso, na reflexão teológica da Vida Religiosa e na avaliação canônica, o elemento masculino e clerical predomina de forma desproporcionada. Numerosas fundações religiosas, antigas e recentes, insistem sobre a complementaridade e fundamental igualdade entre o ramo masculino e o feminino. No entanto, introduziu-se, também na Vida Religiosa, uma desastrosa dependência das mulheres em relação aos homens e uma clericalização que obscurece a essência do seguimento<sup>14</sup>.

Conseguirá a Vida Religiosa na Europa promover, na Igreja de Jesus Cristo, novas relações entre homens e mulheres, de forma a incentivar iniciativas que con-

tribuem para o diálogo sobre o lugar que corresponde aos homens e às mulheres na sociedade? Creio que os Institutos religiosos deveriam, com a sua palavra e com o exemplo da sua vida, dar um passo neste tão necessário processo de mudança.

#### c) Entre clérigos e leigos

A Vida Religiosa é, originariamente, um movimento surgido "na base". Os objetivos e as opções da maioria dos Institutos religiosos brotaram de situações concretas do povo de Deus, dos seus desejos, necessidades e visões. Pela forma de seguimento de Cristo, os Institutos religiosos, constitucionalmente, aproximam-se muito dos leigos, e teologicamente não pertencem à estrutura hierárquica da Igreja, mas à sua estrutura carismática (*Lumen Gentium*). Os fundadores de muitos Institutos religiosos são leigos, não clérigos. Do ponto de vista estatístico, 85% dos membros de Institutos religiosos, em todo o mundo, são leigos, e mulheres na sua imensa maioria. Por outro lado, por causa de um certo desenvolvimento teológico, levado a efeito sobretudo na Europa, chegou-se à clericalização de fato da Vida Religiosa. Parece, afinal, que somente o religioso-homem, e mais ainda o sacerdote, encarna a verdadeira e completa forma de Vida Religiosa. Infelizmente, durante a história, os religiosos não sacerdotes, e sobretudo as mulheres, foram relegados para segundo plano, obscurecendo assim o autêntico carisma do seguimento de Cristo na vocação religiosa, que não está, constitutivamente, vinculado ao estado clerical.

Parece-me poder supor que esta evolução tenha sido um dos fatores que lançou a vocação das religiosas e dos religiosos leigos numa funesta crise de identidade. No último Sínodo dos Bispos houve sinais claros e estimulantes para superar esta crise e colocar a vida segundo os conselhos evangélicos no lugar que lhe corresponde

“no meio do povo de Deus” sem falsas instrumentalizações, com igual dignidade e responsabilidade para clérigos e leigos, homens e mulheres.

#### d) Entre religiões e confissões

Creio que os Institutos religiosos na Europa têm um mandato especial para empreender iniciativas corajosas no campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. A Europa é o continente das duas grandes tradições cristãs, a latino-ocidental e a oriental (ortodoxa). O cisma confessional da Igreja ocidental foi levado da Europa para as outras partes do mundo. Além disso, na Europa atual estão presentes muitas religiões, sobretudo o islamismo. Nesta multiplicidade, o que servirá à paz e ao futuro? São necessários urgentes esforços para a compreensão recíproca, para o diálogo na vida e nas palavras, para uma convivência na “diversidade reconciliada”.

Quando pensarem no futuro do continente e no próprio futuro, então os Institutos religiosos — tanto na teologia, na espiritualidade do ecumenismo e no diálogo inter-religioso, como nas opções concretas — serão vanguardeiros do diálogo e da reconciliação<sup>15</sup>. Crêem vocês que isto já esteja a acontecer de maneira suficiente na Europa ocidental, sobretudo na Alemanha e na França, com relação ao islamismo; na Ucrânia e na Rússia com relação à Igreja russo-ortodoxa e a sua grande tradição monástica; ou, enfim, nos Bálcãs? Não são também estes os nossos areópagos?

## OBSERVAÇÃO FINAL

No umbral de uma nova época e de um novo milênio, é natural que tenhamos mais perguntas do que respostas. Na Europa, vemo-nos num tempo de êxodo, mas não de *exitus* (= desaparecimento); num período de “*kénosis*” (= aniquilamento), mas não de doença mortal; em tempo de aflição, mas não de desespero. No início do terceiro milênio seremos sensivelmente menos numerosos. Mas se nos mantivermos fiéis à identidade que em todos os tempos fundamentou e determinou a vida de seguimento de Cristo, isto é, fiéis à entrega da nossa liberdade (os votos) como serviço a Deus e à libertação dos outros, ao mundo sem paz e à criação, não há motivos para pensar que a nossa missão esteja em perigo ou que o sentido da nossa vida possa perder-se.

Certa ocasião, G. Bernanos disse aos que consideravam o cristianismo cansado e esgotado: “O Evangelho é jovem. Vocês é que são velhos!” Tenho a certeza de que, juntamente com toda a Igreja, no futuro os membros dos Institutos religiosos transmitirão novas energias ao velho continente europeu. Porém, isso só será possível se como religiosos da Europa não nos considerarmos e não formos simples administradores da herança de tradições antigas, nem guardiães de um cansado “status quo”; mas, ao contrário, cheios de confiança no Espírito de Deus presente no meio de nós, formos capazes de criar tradições novas e, com elas, um novo futuro.

# NOTAS

1. BASIL HUME, *Remaking Europe. The Gospel in a Divided Continent*, Londres 1994.
2. Com o termo "Institutos religiosos", traduzimos a palavra "Ordem", que quer incluir as Ordens, os Institutos e Congregações em geral (N. do T.)
3. Veja-se a interessante publicação de J. SUDBRACK, SJ, *Das Charisma der Nachfolge. Um die zukünftige Gestalt des Ordenslebens*, in *Ordensnachrichten* 33 (1194), 3-13.
4. SUDBRACK, op.cit., 11.
5. ELIZABETH JOHNSON, *Between the Times: Religious Life and the Postmodern Experience of God*, in *Review for Religious* 53 (1994), 6-28.
6. G. SHULZE, *Erlebnisgesellschaft. Kultursoziologie der Gegenwart*, Frankfurt/M 1992.
7. P. G. CABRA, *Solidarität-Freiheit-Glaube. Der Beitrag des Ordenslebens für ein neues Europa*, in *Ordensnachrichten*, 30 (1991) 3-15, aqui 14.
8. J. B. METZ, *Zeichen der Zeit—Antwort der Orden. Orden in Kirche und Gesellschaft*, in *Ordenskorrespondenz* 31 (1990), 418-425, aqui 418.
9. M. KEHL, *Christ-und Priestersein in der "Erlebnisgesellschaft"*, in *Geist und Leben*, 68 (1995), 64-66, aqui 66.
10. J. B. METZ, op.cit., 425.
11. Cf. R. SCHREITER, *Inculturation of Faith or Identification with Culture*, in *Concilium*, 1994, 15-24.
12. ZOE M. ISENRING, *Was ist denn mit den Orden los?*, in *Jetzt*, 3/1994, 15-20, aqui 19-20.
13. Cf. meu artigo *Our identity is Mission*, in *SEDOS*, Roma, vol. 20, n. 10, 281-288.
14. Cf. minha contribuição "Il Sinodo del Vescovi sulla Vita consacrata — Un evento importante per una rinnovata presa di coscienza del nostro Carisma di Fondazione", in *VV.AA., Come rileggere oggi il Carisma Fondazionale. XX Encontro do "Claretianum"*, Roma, 1995, 10-30.
15. Cf. ROBERT J. SCHREITER, *Reconciliation. Mission and Ministry in a changing Social Order*, New York 1992.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O autor descreve a Europa como um continente atravessado por fenômenos que preocupam não só os europeus senão também outros povos do mundo e que, em certa medida, afetam as sociedades ocidentais em geral. Como esta situação desafia a Vida Religiosa na sua globalidade?
2. A Vida Religiosa na Europa de hoje, escreve o autor, deve deixar-se conduzir com mais energia do centro para a periferia da Igreja e da sociedade. Segundo ele, no futuro, seremos julgados mais pela nossa capacidade de criar "células" de vida cristã, do que pelas nossas atividades em grandes "estruturas" e "obras". Você crê que essas afirmações são válidas também para a Vida Religiosa do Terceiro Mundo? Por quê?
3. Muitas de nossas Congregações tiveram sua origem nos países da Europa. Você acredita que a Vida Religiosa do Brasil tem condições de ajudar hoje seus países de origem? Como?

Mais do que ensinar as respostas de uma Igreja qualquer, a Educação Religiosa quer suscitar interesse, motivação, questionamentos.

Quer educar para o compromisso que precisa desembocar numa comunidade de fé, a da própria tradição familiar.

**A**pós anos de experiência e de pesquisa, a educação religiosa continua sendo problema em nossas instituições educacionais, tanto da rede oficial como particulares. Assim, nas escolas católicas percebemos que, na sala de aula sempre tão pluralista, não é mais possível simplesmente “fazer catequese”. Por outro lado, há uma identidade católica que fazemos questão de alimentar nos educandos de nossa Igreja que nos procuram. Como conciliar respeito ao “outro” e cultivo da identidade?

O texto que segue, levemente adaptado, tem sido usado em diversas instituições salesianas para provocar o aprofundamento da questão. Também aqui, ele não pretende ser mais que estímulo ao debate.

## 1. NOSSOS DESTINATÁRIOS E SUAS NECESSIDADES RELIGIOSAS

**Em nossas obras aparecem educandos de crenças religiosas as mais diversas. Como fica sua educação religiosa?**

Na área da educação, nossos destinatários são os jovens, adolescentes, pré-adolescentes e crianças.

Estamos numa sociedade plural; por isso, no que diz respeito à vivência religiosa, é normal que haja um amplo leque de opções: jovens que se decidem por esta ou aquela religião, ou por nenhuma; por uma expressão ora mais ora menos rígida desta sua opção.

No levantamento de suas necessidades e em todo o processo educativo é preciso partir da situação em que *eles* se encontram; bem como, mostrar profundo respeito por sua consciência e a de seus responsáveis. Cabe aplicar também aqui a incisiva advertência do Concílio Vaticano II: “Na difusão da fé religiosa e na introdução de costumes, sempre será preciso abster-se de qualquer tipo de ação que possa dar a impressão de coibição ou de persuasão desonesta ou menos correta, sobretudo quando se tratar de gente imatura ou necessitada. Agir desse modo deve ser considerado abuso do direito próprio e lesão do direito alheio”<sup>1</sup>.

Neste espírito, propomo-nos oferecer a nossos destinatários propostas diversificadas no que toca à sua formação religiosa.

Aos educandos católicos queremos aju-

dar a cultivar e irradiar sua identidade católica sem ferir a consciência dos outros colegas.

A todos indistintamente, seja qual for seu posicionamento perante a religião, queremos ajudar a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano.

Nossa experiência pedagógico-pastoral ao longo de anos tem demonstrado que é possível atingir este duplo objetivo sem conflitos e sem que um aspecto prejudique o outro.

Para isto, é preciso renunciar a toda forma de proselitismo, explícito ou camuflado; ter o cuidado de não queimar etapas; e principalmente, levar a sério o importante projeto de "amar o próximo como a si mesmo".

Procuremos aprofundar esta temática por partes.

## 2. CULTIVO DA IDENTIDADE CRISTÃ

### O caminho de Jesus

#### Como se aprende a ser cristão?

No início da era cristã havia muitas religiões no mundo. Jesus de Nazaré era judeu, e vivia sua fé com convicção, alegria, liberdade interior. Servia-se dos símbolos e gestos religiosos de seu povo, mas não os absolutizava: não é deles que vem a salvação. Mais que citar a Bíblia, Jesus valorizava a sabedoria dos simples. Reza-va muito, mas sabia que o importante não é a multiplicação de palavras. Seu amor ao Pai manifestava-se em grande parte no estar ao lado dos excluídos e sofredores, para que tivessem Vida — em todo sentido. Nada escreveu. Não fundou cursos de teologia. Convidou as pessoas de boa vontade a seguirem seu "caminho".

Os seguidores de Jesus multiplicaram-se e se organizaram. Ao longo dos sécu-

los, muitos deram testemunho de sua fé transformadora; outros voltaram a dar valor excessivo a observâncias religiosas, coisas que Jesus tanto criticara.

### Catequese

Hoje, na Igreja católica da América Latina, e não só nela, está havendo um sério esforço para darmos nova coerência ao seguimento de Jesus. Daí nosso conceito de catequese: catequizar é fazer

*"como fez Jesus com seus discípulos. Sua simples presença entre eles, quando ainda não eram capazes de dizer seu nome e quem ele era, transtornava sua situação, a visão que dela tinham, o sistema de comportamento a que estavam acostumados.*

*Para eles, seguir a Jesus transformava-se em fonte de questionamentos e conflitos permanentes: em relação aos demais, ao seu grupo, à sua família; em relação também ao seu grupo religioso, aos ritos que haviam observado até então, aos mandamentos que haviam recebido, à orientação de sua vida, à sua tarefa futura. Só lentamente, no decorrer dos anos da vida pública, o Senhor lhes revelou pouco a pouco e os ajudou a descobrir uma nova visão, nova maneira de atuar, nova atitude em relação aos grupos humanos e religiosos a que pertenciam. Ao fazer isto, Jesus revelava quem ele próprio era. No fim saberão dizer seu nome. Mas reconhecê-lo como Filho de Deus é inseparável deste caminho que durante anos terão palmilhado com ele e que os conduziu à paixão e ressurreição" (AUDINET)<sup>2</sup>.*

Neste processo catequético, os indivíduos são atingidos por meio da participação na vida da comunidade e em momentos fortes de vivências e formação específicas. A catequese, portanto, supõe experiência de fé vivida na comunidade. Aí, formulações e outros símbolos tradicionais

da fé tornam-se vivos, realimentando a própria fé e cimentando a identidade e o espírito de pertença ao grupo. Ensinar doutrinas, práticas, disciplinas fora desta experiência pode informar, mas não forma “discípulos”; não é catequese.

Será que uma catequese assim entendida cabe em nossas obras? Sem dúvida: em horários especiais, a obra pode oferecer espaços físicos e pessoal para encontros catequéticos de educandos católicos que os desejarem. Vale insistir, não serão meras “aulas de religião”, mas momentos de vivência da fé cristã devidamente refletida e celebrada. Competirá à comunidade eclesial acompanhar esta atividade — por meio da coordenação da catequese, da presença de catequistas da comunidade e de visitas amigas do pároco.

E onde não houver necessidade ou oportunidade para semelhante catequese formal? Uma obra de religiosos não deveria fazer questão de cultivar a identidade religiosa dos educandos católicos? Claro que sim; e o faz, haja ou não catequese formal. Vejamos como.

#### **Ambiente das obras**

**Nas nossas obras cultiva-se a identidade dos educadores católicos? De que modo?**

Em nossa sociedade pós-moderna — narcisista, que tudo relativiza, fragmentando e multiplicando indefinidamente os referenciais — o cultivo da identidade é imprescindível.

A identidade, tanto pessoal como social, resulta do relacionamento equilibrado com o “outro”: o outro me é necessário, me fascina, e ao mesmo tempo me assusta; parece invadir meu eu; é sentido como ameaça potencial.

Não podemos aqui tratar de uma questão importante: quais os traços essenciais da identidade católica? Seja como for,

quanto menos o ambiente, e a própria família, ajuda a socialização cristã mais precisamos do suporte de um grupo que procura viver os valores evangélicos. Daí também o especial valor, para educandos católicos, de um espaço de vivência católica: nele, o encontro com o “outro” pode acontecer natural e adequadamente, reforçando o eu confessional. Detalhemos um pouco o que se vive nas nossas obras.

O ambiente educativo é conscientemente cristão: respeita a consciência de cada um, mas não esconde sua identidade. Esta identidade manifesta-se:

- De modo informal, ambiental, na prática educativa.
- Em momentos fortes, bem dosados, ora de índole ecumênica (em sentido amplo), ora tipicamente católicos é, nesse caso, de participação livre.
- Na atuação irradiante da Pastoral da Juventude (PJ).

Quando da inscrição, pais e educandos deverão tomar conhecimento de que, com todo respeito pela crença de cada um, a obra constitui um ambiente católico. Não faz proselitismo e não admite que outros o façam. Declara sua fé, e acha bonito que os outros também o façam.

### **3. EDUCAÇÃO RELIGIOSA**

**Educação religiosa: na prática, como funciona isto?**

Catequese e ambiente cristão não bastam para fazer frente à realidade qual se apresenta em nossas obras.

Nos últimos 50 anos a sociedade passou por mudanças qualitativas. Vivemos hoje numa sociedade fragmentada e plural, em que a religião não é mais a fonte primeira de sentido; em que as grandes instituições, inclusive eclesásticas, estão ora mais ora menos desacreditadas. Há

excesso de ofertas religiosas e pseudo-religiosas de todo tipo; fazem mais sucesso as que apelam acima de tudo para a emotividade e propõem novos sagrados. Crianças e jovens, como os mesmos adultos, estão desnorteados. A família anda sobrecarregada de problemas; sente-se incapaz de orientar os filhos e dar-lhes sólida formação religiosa. Por outro lado, há numerosas contribuições bem evangélicas dos tempos atuais a ser aproveitadas.

Nesta nova situação, como deverá posicionar-se uma obra de religiosos? Fará simplesmente de conta que tudo a seu redor continua em clima de cristandade<sup>3</sup>? Continuará a ministrar “aulas” de catolicismo? Se a metodologia for boa, os pequenos aceitam tudo; mas, e depois? O problema de grande parte dos adolescentes e jovens não é a “ignorância religiosa”; é antes de tudo a própria falta de motivação para aprofundamento e a prática de uma religião.

É aí que entra um novo modelo de Educação Religiosa, que hoje é adotado em muitas escolas, quer da rede oficial, quer particulares. Vamos resumi-lo aqui em suas linhas básicas<sup>4</sup>.

### Objetivos

Mais que ensinar apressadamente as respostas desta ou daquela Igreja, a Educação Religiosa (ER) quer suscitar interesse, motivação, questionamentos. Quer educar ao compromisso. O normal seria que este compromisso desembocasse no engajamento dentro de uma comunidade de fé, a da própria tradição familiar. Por circunstâncias várias, porém, pode ser que tal resposta concreta demore a amadurecer; talvez a consciência até aponte em outra direção.

O importante é que a ER não fique só em informações e curiosidade; ou em meros pensamentos bonitos. É preciso que eduque para a ação transformadora. Num país de injustiça estrutural, isto significa prioritariamente atuação junto com os oprimi-

dos em prol da justiça, em nível cada vez mais profundo de conscientização.

Ou seja: com experiências formativas, informações, reflexões e práticas, pretendemos ajudar os educandos a:

— remover eventuais obstáculos, preconceitos, resistências à sua caminhada “religiosa” em comunidade;

— conhecer, questionar, deixar-se questionar, respeitar o questionamento dos outros;

— compreender e valorizar o fato religioso e suas expressões;

— criar um quadro de referência que os oriente nesta selva de sempre novas propostas religiosas. Que percebam os riscos de tudo o que é humano, também nas religiões; que aprendam a ver, a admirar o que há de bom por toda parte, mas aprofundem a sua opção religiosa; que, conforme a idade, sejam motivados à presença transformadora na sociedade.

### Que assuntos cabem na ER?

De per si, qualquer assunto cabe — na medida em que se presta para atingir os objetivos da ER. A partir da pré-adolescência, os educandos costumam preferir temas que dizem respeito à vida, justiça, ecologia, sexualidade, paz e guerra, drogas. Há também grande interesse pelo Além, a Bíblia, as diversas crenças. Evidentemente, há prioridades. Há exigências do projeto educativo como um todo. Não podemos aqui deter-nos sobre isto.

**Assuntos de uma religião podem ser importantes para quem pratica outra ou não segue nenhuma?**

Mas há uma questão que não podemos deixar de abordar. É um dos aspectos mais importantes para se entender a natureza da ER: certas realidades religiosas são espaço *hermenêutico* e, como *tais*, importante conteúdo da ER. Vejamos.

A atitude de uma pessoa diante do fenômeno religioso não é só resultado de conhecimentos e raciocínios, nem é só de fundo psicológico. A psicologia da religião tem constatado a importância da dimensão social na formação de tal atitude. Antes mesmo de qualquer questionamento intelectual, a pessoa vai-se embebendo inconscientemente das tradições religiosas de seu meio ambiente (costumes, ritos, normas, crenças). Surge assim um pano de fundo global, um modo de ver e de valorizar, que exercerá forte influência na avaliação do mundo e nas atitudes da pessoa, também na área religiosa. É o chamado "espaço hermenêutico", ou seja, o espaço socio-cultural em que se dá a gestação da interpretação, da compreensão, do sentido. Tal pano de fundo vai despertando questionamentos; estes, por sua vez, dão novos contornos, bem pessoais, ao próprio espaço hermenêutico.

Ora, no Brasil, um dos componentes básicos deste pano de fundo é o catolicismo. Marcou e marca de tal modo a cultura brasileira que, de um jeito ou de outro, ninguém neste país escapa de sua influência. Em linguagem mais filosófica diremos que o catolicismo é, no Brasil, chave indispensável de acesso à interpretação de nossa cultura: é "espaço hermenêutico". A interpretação que o catolicismo provoca não será a mesma no protestante, espírita ou católico; mas é inevitável que todos eles se confrontem com o catolicismo na interpretação de sua realidade. Eis por que todos os educandos têm interesse em aprofundar o sentido das principais práticas católicas. Pelo mesmo motivo, porém, todos os educandos necessitam também suficiente compreensão de outros elementos hermenêuticos que marcam a sua cultura e são fonte de sentido. Estes elementos variam de um lugar para outro: podem provir do protestantismo, do candomblé ou de cultos orientais. Sem esquecer o papel hermenêutico da modernidade.

Este confronto sério, tranquilo, com seu espaço hermenêutico ajuda todos a crescer. O próprio clima de busca e de respeito que assim se cria no ambiente é também um conteúdo da ER, e dos mais educativos.

Um exemplo. Não é exato dizer que a devoção a Maria é um assunto católico. É uma prática católica, que pode ser vista sob diversos enfoques. Na ER, o enfoque é o da busca de sentido e de valores, que não é monopólio de uma Igreja ou das religiões. Na catequese católica, esta busca de sentido terá as devidas marcas cristológica e eclesiológica, que lhe conferirão novas dimensões. As respectivas abordagens, da ER e da catequese, embora complementares, são diversas.

O mesmo deve dizer-se também de outros temas tidos por tipicamente religiosos, como milagre, ressurreição, sacramento, batismo (com pormenores como o batismo de crianças) etc.

### Linguagem própria

Voltemos ao nosso exemplo. Uma realidade como a devoção a Maria pode ser analisada em aulas de sociologia e de psicologia, na catequese católica e na ER; interessa até, cada vez sob outros enfoques, a publicitários, comerciantes, agentes de turismo e a responsáveis da segurança pública. Quais serão a abordagem e, por conseguinte, a linguagem específicas da ER? As da *religiosidade*, tomando o termo no seu sentido forte de "atitude dinâmica da pessoa de abertura à sua vocação/missão".

Na prática, como se realiza uma abordagem assim?

No nosso exemplo, na ER não diremos que "nós devemos honrar Maria", mas que "os católicos a honram". É uma constatação para a qual não se exige fé ou pertença a alguma Igreja.

Procura-se encarar esta prática sem preconceitos ou sectarismo, com olhar aten-

to, interessado: quais os valores desta atitude para os católicos? Qual a busca que ela expressa?

Não se ignora o outro lado da nossa realidade social: há também gente que se ofende com estas práticas marianas. Por quê? Quais os valores a que se abrem estas pessoas que criticam a prática católica? Também eles têm nossa consideração, nosso respeito.

Alguns educandos talvez sejam levados a concluir: "Então, tanto faz?". O educador os ajudará a dar um passo em frente; a perceber como é bom aprofundar e formar as nossas motivações ao mesmo tempo respeitando as dos outros; não segundo modelos químicos de mistura e combinação, mas com o cuidado de valorizar elementos presentes em todos as posições. Far-se-á até um esforço para compreender o porquê das divergências: comunidades ou ambientes diversos têm tradições e espaços hermenêuticos diversos; por isso, provocam experiências diversas (tomando "experiência" no sentido específico de "vivência interpretada"); necessariamente se exprimirão em linguagem diversa.

Há poucas dezenas de anos, esta problemática quase não existia entre nós: a sociedade era mais homogênea, de cristandade; quase todos falavam a mesma linguagem católica, ou a entendiam. Hoje não; trata-se de cultivar nossa identidade madura em uma sociedade pluralista dialogante. Por isso, aprendemos a expressar nossas convicções em duas linguagens não totalmente iguais: a da nossa comunidade de fé e a da sociedade em que vivemos.

Na prática, é questão de tomarmos pequenas providências que tornem nosso falar compreensível aos outros. Na comunidade católica, e na sua catequese, usaremos tranqüilamente expressões como: nós, católicos, honramos; Jesus Cristo; Nossa Senhora; santa Missa. Fora da comunidade, e portanto, também na ER, diremos: os

católicos honram; Jesus de Nazaré; Maria, a Mãe de Jesus; a Missa.

Deste modo, não estaremos falando de cores para cegos. Evitaremos incompreensões e provocações. Será também uma maneira de não banalizar o mistério da fé, de não coisificar as respostas que nossa fé nos inspira — quase identificando as formulações com a fé que elas tentam expressar. Será um gesto de respeito pela caminhada do outro, não exigindo que ele caminhe exatamente no nosso passo.

### **Todos são bem-vindos**

**Educandos de outras crenças devem ser dispensados da Educação Religiosa para não prejudicar sua fé?**

**E os católicos que freqüentam a catequese podem ficar dispensados?**

Confrontar-se com questões realmente vitais e com o próprio espaço hermenêutico é do interesse de todos os educandos, independentemente de suas opções religiosas. Interessa também àqueles que geralmente são tidos por desinteressados. Não para pescá-los em nossa rede, mas para dar-lhes uma chance de fazer opções mais esclarecidas e conscientes; ou pelo menos para motivá-los a isto. Uma ER que se dirige só aos que seguem uma religião acabará ignorando os que mais precisam desta ER. Não só: acabará desvirtuando o próprio sentido da ER.

E os educandos de prática religiosa? Não ficarão prejudicados? Em absoluto: a abordagem típica da ER abre perspectivas que a catequese dificilmente terá tempo de desenvolver.

É bom que todos os educandos participem juntos da mesma formação. Na convivência é que melhor se aprende a viver na base do respeito e da ajuda mútua. Aliás, por que separá-los conforme a crença, se depois, na escola e fora, estarão sujeitos a um constante bombardeio de ofertas religiosas e até nada religiosas?

Interessante que, apesar de se dedicarem juntos à mesma atividade, o conteúdo desta será assimilado de maneira diversa, conforme a experiência religiosa de cada qual. O menino de vivência católica talvez nem perceba diferença entre este conteúdo e sua catequese paroquial.

**Em que sentido esta educação é “religiosa”?**

A esta altura terá ficado bem claro que Educação Religiosa não se confunde com ensino de uma religião. Bíblia, Igreja, Papa, Páscoa são realidades religiosas. E no entanto, pode-se refletir sobre elas sem fazer Educação Religiosa; por exemplo, sob o enfoque da história, literatura, psicologia, economia etc. Pode-se falar delas até de modo anti-religioso: manipulando-as para caluniar, zombar, alienar ou dominar os outros. Por outro lado, realidades até desumanas — aborto, guerra, drogas — podem ser objeto de reflexão religiosa e, portanto, conteúdo de Educação Religiosa. O que torna “religioso” um discurso não é a realidade analisada, e sim a qualidade do questionamento e da atitude com que a enfrentamos.

A ER quer ensinar religiosidade — esta capacidade de ir além da superfície de coisas, acontecimentos, gestos, ritos, normas e formulações, para interpretar toda a realidade em profundidade crescente e atuar na sociedade de modo transformador, libertador.

Deste modo, evitam-se dois graves perigos que ameaçam a ER:

— Evita-se a banalização do “religioso”, reduzido a práticas ou coisas — que se aprendem, conhecem ou rejeitam.

— Supera-se também o perigo do dualismo “religioso X profano”. No século passado, de tanta polarização entre o profano e o sagrado, era comum o esquema pedagógico “do religioso ao profano”. Depois, simplesmente fez-se a inversão,

pretendendo passar do profano ao religioso. O que aqui se propõe não é oposição, nem dualismo, nem mera identificação; mas descoberta gradual da dimensão religiosa presente em toda a experiência humana, pessoal ou comunitária. Esta dimensão dá sentido novo a todos os setores da vida e suas manifestações.

Vale insistir num pormenor já mencionado: para o católico, o “religioso” é sentido como católico, faz parte do seu processo de educação da fé; o mesmo acontece também com o umbandista, o pentecostal e assim por diante. Para quem não tem opção religiosa será estímulo à retidão, à busca, ao respeito.

Em suma: o ambiente geral de nossas obras é católico — por isso mesmo, de respeito por outras opções religiosas. Na Educação Religiosa o acento cai no que é comum a todas as pessoas de boa vontade, pertençam ou não a um grupo religioso. Na designação “Educação Religiosa”, o adjetivo “religiosa” refere-se não a uma religião, mas à religiosidade em sentido filosófico-teológico. Oferecendo uma ER de qualidade, nossa proposta é que todos os educandos, por meio de experiências, informações e reflexões, tenham oportunidade para cultivar sistematicamente uma atitude dinâmica de abertura ao sentido mais profundo de sua existência e, deste modo, encaminhar a organização responsável de seu projeto de vida na sociedade.

### Um esclarecimento

**Numa entidade confessional, também a Educação Religiosa não deveria ser confessional — no caso, católica?**

Trata-se de tema importante. Tanto assim que, muitas vezes, concentra-se nele boa parte do debate sobre o “Ensino Religioso na Escola” e sobre a Educação Religiosa.

Para evitar um diálogo de surdos, importa esclarecer a questão semântica: os diversos empregos do termo “confessional”.

• Em sentido estrito, o uso do termo está ligado ao Novo Testamento: o latim *confessio/confiteri* traduz o grego *homologia/homologéo*, e designa a declaração ou profissão da própria fé (cf. Mt 10, 32; Jo 9, 22; Rm 10, 9s; 1Tm 6, 12; Tt 1, 16).

A idéia é a seguinte:

Deus revela-se à pessoa humana; assim fazendo, a interpela; a pessoa responde pela fé. A fé manifesta-se concreta e visivelmente na comunidade, por meio de vivência, testemunho, celebração, formulações, disciplina. É esta manifestação visível e concreta que constitui a “confissão” da fé, que identifica o grupo religioso.

Neste sentido, portanto, “confessional” é

— o que é próprio de um grupo, de uma “confissão” religiosa (“Igreja de Confissão Luterana”);

— o que é relativo a uma crença religiosa (“Confesso um só batismo”).

• Imperceptivelmente, já estamos diante de uma segunda acepção do termo. Pois o que é próprio de, ou relativo a uma crença religiosa, pode ser encarado de dentro do grupo, à luz de sua fé, ou de fora fenomenologicamente. Neste segundo caso, o termo “confessional” é pouco exato; mais que de algo confessional, trata-se de um discurso a respeito do que é confessional, o que é diferente.

• Em decorrência da segunda acepção, aparece às vezes uma terceira, ainda mais imprópria: chama-se confessional algo confiado diretamente à administração de determinado grupo religioso: hospital, escola, ensino. Será que um uso tão amplo não acaba favorecendo uma visão reducionista da “confissão” da fé e, conseqüentemente, da própria fé?

O que não chega a ser confessional em sentido estrito pode ser chamado genericamente de “não-confessional”. Na verdade, este termo abrange diversas nuances:

- o anticonfessional
- o aconfessional
- o pré-confessional
- o supra (ou trans)confessional
- o interconfessional.

Tomando o termo em sentido estrito, o que faz a confessionalidade não é determinado conteúdo, mas o modo próprio de um grupo religioso abordar, encarar, viver qualquer conteúdo. Uma reflexão sobre assunto típico da vida católica não é, só por isso, confessional, assim como não será budista um estudo só porque apresenta e aprofunda o budismo. O que caracteriza a confessionalidade de uma educação é:

- o objetivo: formar na fé de uma comunidade religiosa;
- a mentalidade: todos encaram sua vida e história à luz da mesma fé;
- a linguagem correspondente a esta fé;
- a aceitação das mesmas autoridades: Bíblia, Igreja, Tradição;
- a responsabilidade administrativa: tal educação é gerida por determinada autoridade confessional;
- tudo isto em coerência com determinada prática de vida.

Para os católicos, semelhante educação é um dos elementos integrantes da catequese eclesial; seu lugar é a comunidade de fé, não uma instituição aberta a todos.

“Aconfessional” não é termo feliz para designar a ER que não fala a linguagem da fé: pois acentua o que esta educação não é. Convém realçar o que ela é: básica, fundamental, propedêutica à fé, ou apoio a ela. Mesmo quando toma características de pré-confessional, tende a não permanecer assim, pois muitas vezes encaminha a uma comunidade de fé. Por transcender as barreiras confessionais é também supra-con-



cristão. Responderá “sou cristão acima de tudo porque, em razão de um conjunto de situações históricas, sou e sinto-me chamado por Cristo. E Cristo não só responde satisfatoriamente aos meus questionamentos vitais, mas ainda coloca-me diante de perspectivas totalmente novas: mundo novo, homem novo, nova esperança; sem esquecer que também me propõe questionamentos novos. Minha religiosidade é, pois, enriquecida por Jesus Cristo de maneira tão profunda, única mesmo, que Ele é para mim o ‘lugar’ do encontro com Deus. Tudo isto, porém, eu não o vivo sozinho: Cristo me chama para uma comunidade de fé, na qual aprendo a me realizar colaborando para a salvação do mundo”.

#### 4. Catequese

À página 183, citamos uma bonita descrição de Audinet do que seja a catequese.

“Catequese Renovada”, o principal documento catequético da CNBB, de certo modo sintetiza todo o escrito ao afirmar que “a Catequese é um processo de educação comunitária, permanente, progressiva, ordenada, orgânica e sistemática da Fé. Sua finalidade é a maturidade da Fé, num compromisso pessoal e comunitário de libertação integral, que deve acontecer já aqui e culminar na vida eterna feliz”<sup>6</sup>.

Em vez de catequese, ainda há pessoas que usam o termo “catecismo”: “frequentar o catecismo” etc. Por estar muito ligado a um modelo de catequese hoje superado, é melhor reservar o termo “catecismo” só ao tipo de livro que tem este nome.

#### 5. Evangelização

Este é outro termo que adquiriu sempre novos significados ao longo dos séculos, de acordo com as mudanças da prática pastoral. Falando genericamente, a evangelização consiste na comunicação da Boa Notícia da Salvação, por meio de atos e palavras que a testemunham e tornam presente<sup>7</sup>.

Nas décadas passadas era comum estabelecer uma distinção nítida entre catequese e evangelização. Para uns, evangelização seria o primeiro anúncio de Cristo, em vista da conversão; catequese, o aprofundamento sistemático para os já evangelizados. Para outros, a evangelização era o processo global, abrangente, e a catequese um de seus aspectos ou modalidades, ou seja, havia a tendência de ver a evangelização mais voltada para a ampla causa do Reino de Deus<sup>8</sup>; já a catequese estaria mais voltada para o intra-ecclesial: se destinaria a uma minoria chamada a ser fermento na sociedade — não para que um dia tudo vire fermento, mas para que o todo tenha um sabor bem gostoso.

Hoje percebemos que estas distinções são interessantes, mas difíceis de aplicar na prática. Em 1995 a CNBB pondera que os nossos desafios com que hoje deparamos “nos ajudam a superar visões parciais da evangelização e a compreendê-la em sua ‘realidade rica, complexa e dinâmica’, integrando todos os seus elementos essenciais de modo que ela implique não apenas o anúncio do Evangelho por palavras, mas também a vida e ação da Igreja; que envolva não apenas gestos sacramentais, dentro da comunidade viva que celebra o mistério do amor de Deus em Cristo, mas também a promoção da justiça e da libertação; que se apresente não apenas como caminho que vai da comunidade cristã para o mundo, mas também como acontecimento do mundo, dentro do qual Deus continua sua obra salvífica, para a vida da Igreja”<sup>9</sup>.

#### 6. Educação Religiosa

Depois de tudo o que refletimos acima, podemos dizer em síntese que, enquanto a catequese é educação da fé, a educação religiosa é educação da religiosidade.

Quando esta educação se dá no âmbito da escola recebe o nome oficial, muitas vezes contestado, de Ensino Religioso Escolar.

No contexto da educação formal, em vez de Ensino Religioso, fala-se também, às vezes, em Cultura Religiosa. Nesse caso, convém explicitar em que sentido se toma o termo "cultura", para que não seja interpretado apenas como um "saber".

## PARA LER MAIS SOBRE O ASSUNTO

CONCÍLIO VATICANO II. Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a Liberdade Religiosa. 1965.

Wolfgang GRUEN. *O Ensino Religioso na Escola*. 2ª ed. Vozes, 1995.

Wolfgang GRUEN. *A Bíblia na Escola. Subsídio para pais e educadores*. Ed. Paulinas, s.d. (3ª ed. 1992).

João Batista LIBANIO. *Deus e os Homens: os seus caminhos*. Vozes, 1990.

João Batista LIBANIO/M. MARTINS FILHO. *A Busca do Sagrado*. FTD, 1991.

Michel MESLIN. *A experiência Humana do Divino. Fundamentos de uma antropologia religiosa*. Vozes, 1992.

PROJETO PASTORAL "CONSTRUIR A ESPERANÇA". *Juventude Face à Vida*. Belo Horizonte, s/d (1994).

Tarcísio SCARAMUSSA. *O Sistema Preventivo de Dom Bosco*. Belo Horizonte, CESAP, 1992.

Tarcísio SCARAMUSSA/Teresinha AMBROSIM (Coord.). *Itinerário Educativo na Pastoral da Juventude*. EDB, S. Paulo, 1993.

Leonardo SWIDLER. *Cristãos e Não-cristãos em Diálogo*. Ed. Paulinas, 1988.

## NOTAS

1. Concílio Vaticano II. Declaração *Dignitatis Humanae*. 1965, nº 4.
2. P.J. AUDINET. *Renovación Catequética en la Situación Contemporánea*. Semana Internacional de Catequesis, Medellín, 1968 (mimeogr.) p. 13.
3. *Cristandade*: fase da história do Ocidente em que "a sociedade inteira, em todos os seus aspectos, se considerava animada pela religião cristã, a ponto de se estabelecer uma aliança entre o poder civil e o poder eclesiástico" (CNBB. *Catequese Renovada Orientações e Conteúdo*. Ed. Paulinas, 1983. Nº 8).
4. Para uma abordagem mais completa, veja W. Gruen. *O Ensino Religioso na Escola*. Vozes, 1995.
5. É o que faz, por exemplo, James W. Fowler em *Estágios da Fé*. Sinodal, 1992.
6. *Catequese Renovada*, n. 318.
7. *Evangelho* é uma palavra de origem grega; significa, basicamente, "Proclamação de algo bom".
8. O Congresso Ecumênico Internacional de Teologia, S. Paulo 1980, deu este conceito de Evangelização: "anúncio do verdadeiro Deus, revelado em Cristo, do Deus que faz aliança com os oprimidos e defende sua causa, do Deus que liberta seu povo da injustiça, da opressão e do pecado".
9. CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 1995-1998*, nº 65.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Agora, como responderia a cada uma das 8 perguntas inseridas em box neste texto?
2. Apresente suas sugestões para melhoria do texto.

# À ESCUTA DO ESPÍRITO

(Preparando uma recepção fiel e criativa da Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo)

"Quem tem ouvidos, ouça o que diz o Espírito às Igrejas" (Ap 2,7)

## CARTA DA PRESIDENTE DA CLAR

Santa Fé de Bogotá, 24 de fevereiro de 1996

Queridas irmãs e irmãos

Presidentes das Conferências Nacionais.

Recebam uma fraterna e cordial saudação da Presidente e dos Assessores e Assessoras teológicos da CLAR reunidos em Santa Fé de Bogotá. Desejamos que este tempo de Quaresma esteja cheio das graças que o Senhor quer conceder-nos em vista da conversão profunda que nos confirme no seguimento radical de Jesus e na fidelidade ao Evangelho, a serviço de nossos povos.

Um dos motivos de nossa reunião consiste em tratar da recepção, por parte da Vida Religiosa na América Latina e no Caribe, do documento pós-sinodal sobre a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo, que esperamos para breve. Queremos colaborar com vocês, oferecendo-lhes alguns elementos que permitam acolher a Exortação Apostólica com espírito de fidelidade e criatividade. Por isso queremos fazer memória do que supôs o processo do Sínodo como "acontecimento", "kairós" do Espírito, para toda a Vida Consagrada.

Esperamos que vocês como Presidentes de suas respectivas Conferências impulsionem decididamente uma recepção ativa da Exortação. Com este fim, enviamolhes um primeiro roteiro ou subsídio que trata de situar a Exortação dentro do proces-

so sinodal e de oferecer elementos de tipo histórico e interpretativo para a sua compreensão. Incluímos também uma sistematização de alguns temas significativos para a Vida Religiosa, que apareceram durante o Sínodo, a fim de que possam ser objeto de atenção e reflexão por parte das comunidades religiosas e grupos de reflexão.

Como todos sabem, o Sínodo tratou da Vida Consagrada e, portanto, tinha presente uma realidade mais ampla que a Vida Religiosa. Contudo nos limitaremos à nossa tarefa de animadores da Vida Religiosa e enquanto tais restringiremos a reflexão a este âmbito, distinguindo quando falamos da Vida Consagrada em geral e quando nos referimos em particular à Vida Religiosa.

Logo que se publique o documento procuraremos enviar-lhes outros roteiros que ajudem à recepção ativa do mesmo e sejam instrumento de crescimento na qualidade de nossa vida e no compromisso pelo Reino.

Olhamos em direção ao futuro desejando que a Exortação seja um espaço privilegiado para abrir nossas mentes e nossos corações na perspectiva da missão que o Senhor nos confie.

Esperamos ser fortalecidos, teológica e espiritualmente, na graça da vocação, e, diante dos desafios da atual mudança de época, reavivar a paixão missionária.

Um afetuoso abraço de todos os membros da Presidência e da equipe de Assessoras e Assessores teológicos.

Elza Ribeiro HPG  
Presidente da CLAR

# INTRODUÇÃO

A CLAR, dentro de seu compromisso eclesial de animar e dinamizar a Vida Religiosa do Continente Latino-Americano e do Caribe, quer oferecer, neste trabalho, alguns elementos de interpretação (ou hermenêuticos) que contribuam para receber com a ajuda do Espírito e a partir da nossa caminhada a Exortação Apostólica Pós-sinodal sobre "A Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo".

Primeiramente procurar-se-á situar a futura Exortação Apostólica Pós-sinodal no contexto da caminhada da Vida Religiosa no nosso Continente e no Caribe, bem como no processo sinodal (I).

Num segundo momento, tratar-se-á de oferecer algumas pistas para a compreensão e interpretação do documento (II).

Finalmente apresentar-se-á uma lista de temas de aprofundamento que foram abordados durante o processo sinodal e que poderiam ser inspiradores para a reflexão pessoal e grupal da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe (III).

Estudando estes textos, estaremos nos preparando para acolher com fé e inteligência a Exortação Apostólica Pós-sinodal. A CLAR espera desta maneira dar uma contribuição à Vida Religiosa para uma compreensão mais cabal da Exortação e para um compromisso maior diante das exigências deste mundo sempre em processo.

## I. ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA ENTENDER A EXORTAÇÃO

### 1. Trajetória da Vida Religiosa na América Latina e no Caribe

Ordens e Congregações religiosas marcaram importante presença no Continente Latino-Americano e no Caribe, desde as

origens de nossa história colonial, por meio de uma ação evangelizadora globalizante, alcançando todas as regiões e os diferentes estratos da sociedade.

Como costuma acontecer em todo processo histórico, são várias as ambigüidades que marcam sua presença e atuação nos primeiros séculos da evangelização do Continente Latino-Americano e do Caribe. Ambigüidades e sombras reconhecidas e lamentadas por ocasião da celebração do V Centenário. Entretanto é indiscutível que desenvolveram um importante papel carismático-profético e assumiram com radicalidade a missão da Igreja, por meio do seguimento de Jesus, constituindo assim uma verdadeira força transformadora em nível social e político, a partir de sua atuação no campo da saúde, da educação e dos processos populares.

Até o Vaticano II, entretanto, o modelo de Vida Religiosa que dominava era, sem dúvida, o modelo vigente da época, existente nos países de origem das congregações, particularmente nos países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá.

Na década de cinquenta começa, alentado por Pio XII, o processo de unir as congregações e de articular o apostolado dos religiosos e religiosas, em vista de um exercício da missão conforme às exigências da época. Começam a surgir as Conferências Nacionais de Religiosos e Religiosas e os organismos eclesiais latino-americanos, incluindo a CLAR (1959).

A partir do Vaticano II, a Vida Religiosa latino-americana abre-se ao novo sopro do Espírito que suscita renovação e mudanças em toda a Igreja. De fato, a renovação da Vida Religiosa superou a proposta do documento *Perfectae Caritatis* de adaptar-se aos novos tempos, tratando assim até os dias de hoje de projetar novas formas históricas da Vida Religiosa. Nesse processo tiveram profunda influência as Conferências Episcopais de Medellín e Puebla.

No itinerário percorrido no pós-concílio, em grande parte impulsionado pela CLAR e as Conferências Nacionais, a Vida Religiosa sempre tratou de guardar fidelidade às grandes orientações da Igreja e uma atenção constante às realidades de nossos povos, isto é, ao contexto histórico do Continente. Nesse processo — como o reconhece Santo Domingo (SD 90) — foi notável a importância da mulher consagrada e seu papel de abrir novos caminhos.

O ponto de partida foi a tomada de consciência da realidade de pobreza infra-humana e violenta, como consequência das estruturas injustas vigentes no Continente.

A Vida Religiosa tratou de escutar o clamor dos pobres e realizou um êxodo contínuo rumo à periferia, fazendo desse êxodo uma opção de vida, que conduziu um importante número de religiosos e religiosas à inserção nos meios populares, rurais e indígenas. Nessa mesma perspectiva, outro setor da Vida Religiosa foi levado a rever suas práticas e opções, abrindo caminhos alternativos de renovação.

Desta opção surgiu uma nova experiência de Deus no seguimento de Jesus, levando a profundas mudanças na comunidade e na missão, exigindo, assim, uma releitura não só das práticas, senão da própria compreensão no contexto do Terceiro Mundo.

Ao longo dessa caminhada, cresceu a experiência da intercongregacionalidade e da comunhão eclesial, na qual não faltaram dificuldades e tropeços, vivenciados, porém, na maioria das vezes, como momentos de conversão e de crescimento.

São muitos os desafios que esta caminhada evidenciou: a busca da vivência alegre e esperançosa da experiência de Deus, como culminância de nossa consagração; a escuta permanente da Palavra de Deus em confrontação com a realidade; o esforço contínuo de construir a comunhão na Igreja como Povo de Deus; a preocupação

com a pobreza crescente e a miséria, como consequências das políticas neoliberais; o compromisso com a inculturação do Evangelho nas diversas culturas dos povos latino-americanos; o empenho em levar adiante a missão de Jesus até as últimas consequências, incluindo a experiência da perseguição e do martírio.

## 2. O Sínodo como acontecimento

Esta trajetória da Vida Religiosa na América Latina é uma carta redigida por Cristo nos corações dos religiosos e religiosas, “escrita não com tinta, mas com o Espírito do Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em corações de carne” (Cf. 2 Cor 3,3). Ela representa a compreensão que os religiosos e religiosas foram adquirindo sob a ação do Espírito. Os documentos do Magistério constituem uma ajuda para continuar escrevendo essa carta viva, exercendo assim uma função que não é de criar a vida religiosa, mas de examinar essa experiência e confirmá-la como proveniente do Espírito, convidando a corrigir os desvios próprios de todo ser humano.

Sob esta luz devemos receber todos os documentos do Magistério sobre a Vida Religiosa, buscando neles confirmação para o verdadeiro, nobre, justo, limpo, belo e honrado (Cf. Fl 4, 8) que vivemos, e acolhendo as críticas e correções que nos apresentem.

Neste momento nos preparamos para acolher a Exortação Apostólica Pós-sinodal, fruto do Sínodo dos Bispos sobre “a Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo”. Para isso é importante que conheçamos como foi todo o processo que levou à redação da referida Exortação.

### 2.1 A preparação da Assembléia

Por ocasião do Concílio, reconhecendo o quanto é valiosa a contribuição das igrejas particulares para a iluminação dos desafios e a solução dos problemas univer-

sais da Igreja, Paulo VI criou a instituição do Sínodo dos Bispos (15 de setembro de 1965). Os Sínodos serviriam para ajudar o Papa no governo ordinário da Igreja e para tornar ativa a responsabilidade dos bispos no governo. São, pois, instrumentos de colegialidade e de missão.

Um Sínodo é um acontecimento complexo, não se reduz à Assembléia sinodal nem à exortação apostólica que, conforme a um costume introduzido em 1974, o Papa publica, recolhendo as sugestões provenientes da Assembléia.

O IX Sínodo dos Bispos sobre "A Vida Consagrada e sua missão na Igreja e no mundo" deve ser visto dentro da série anterior de Sínodos que, começando em 1985 com um balanço pós-conciliar geral, passa a dedicar-se ao estudo e à revisão das diferentes categorias que constituem a Igreja: leigos (1987), formação dos presbíteros (1990), consagrados (1994).

Um Sínodo inclui todo um longo processo de preparação e participação bem ampla. Primeiramente o episcopado mundial é consultado sobre possíveis temas, dos quais o Papa escolhe um com a ajuda do Conselho da Secretaria Permanente do Sínodo. O Sínodo sobre a Vida Consagrada foi anunciado no dia 17 de janeiro de 1992.

Posteriormente a Secretaria Permanente do Sínodo convoca um grupo de especialistas com a tarefa de redigir um texto contendo as grandes linhas da problemática. São os "*Lineamenta*", que no nosso caso vieram à luz no dia 10 de novembro de 1992.

Este texto se destinava à consulta das Igrejas locais que dispuseram de aproximadamente um ano para reagir, enviando sugestões em resposta ao questionário que constituiu uma parte dos "*Lineamenta*". Na preparação do IX Sínodo muitos episcopados convidaram a Vida Consagrada a dar sua contribuição nessas respostas.

Terminado o prazo para o envio de respostas, o Conselho da Secretaria Permanente do Sínodo se reuniu para estudá-las e preparar, com a ajuda de especialistas, o documento de trabalho. Sua finalidade consistiu em ajudar a focalizar a reflexão sobre o tema. O documento de trabalho sobre a Vida Consagrada foi publicado no dia 20 de junho de 1994. Teve uma acolhida favorável, especialmente por ser mais aderente à realidade. A Vida Religiosa tratou de colaborar na preparação do Sínodo, dando a sua contribuição. Muitas conferências de religiosos dedicaram-se com seriedade ao estudo dos "*Lineamenta*" e do documento de trabalho, e enviaram sua contribuição ao Secretariado do Sínodo e às respectivas Conferências Episcopais.

A União dos Superiores Gerais (USG) e a União Internacional das Superiores Gerais (UISG) tomaram a iniciativa de promover a participação mundial da Vida Religiosa na preparação do Sínodo.

A USG celebrou um congresso mundial em novembro de 1993 sobre o tema "Carismas na Igreja para o mundo", com a participação de mais de 500 pessoas de aproximadamente 150 países. Desse congresso resultou um documento final com uma dupla síntese: uma de caráter prático, revisada e aprovada pela USG, e outra de caráter teológico, lida ao encerrar-se o congresso, e depois revisada e assumida pela USG.

A UISG promoveu, por meio dos governos das congregações femininas, ampla consulta sobre os diversos temas sinodais. As respostas a essa consulta foram lidas e interpretadas teologicamente por uma comissão internacional. Baseada nesses textos, uma equipe internacional de religiosas teólogas elaborou o texto "Falam as Mulheres", aprovado e assumido pela UISG e enviado posteriormente a todos os Padres Sinodais, antes da celebração do Sínodo. Nesse texto traçam-se as grandes linhas da renovação da Vida Religiosa feminina no

pós-concílio, à luz da passagem bíblica da samaritana, e se expressam as expectativas da Vida Religiosa feminina em relação com o Sínodo.

## 2.2 Celebração da Assembléia Sinodal

No dia primeiro de outubro de 1994, com a celebração da Eucaristia presidida por João Paulo II na basílica de São Pedro, foram inauguradas as sessões da Assembléia Sinodal de Bispos.

Compunham a Assembléia 345 pessoas dos seguintes estamentos:

- **Padres Sinodais:** Cardeais, Bispos e 20 Superiores Gerais com direito a voz e voto (dos superiores gerais 10 foram propostos pela USG e 10, nomeados diretamente pelo Papa).

- **Especialistas** que colaboraram na Secretaria Geral do Sínodo.

- **Auditoras e auditores:** receberam um convite do Papa, participaram com direito a voz, mas sem voto; puderam participar em alguns momentos das deliberações.

- **Membros da Secretaria Geral do Sínodo.**

- **Pessoal encarregado das informações.**

O trabalho sobre o tema do Sínodo percorreu as seguintes etapas:

1) “Relação antes da discussão”: O Cardeal Basil Hume expôs à Assembléia Geral o estado das questões até esse momento.

2) Intervenções dos Padres Sinodais na Assembléia Plenária, os quais, em nome próprio ou de suas Conferências episcopais, foram expondo durante um período de oito minutos intervenções em torno a diferentes aspectos. O resumo dessas exposições ia sendo publicado no “Osservatore Romano” diariamente.

Durante as duas semanas que essa eta-

pa abrangeu, houve algumas intervenções especiais de um período de quinze minutos, a cargo de alguns auditores e auditoras. Umhas quatro horas, aproximadamente, foram destinadas a intervenções de um período de cinco minutos para auditores e auditoras que o haviam solicitado previamente por escrito.

3) Relação depois da discussão: Novamente o Cardeal Basil Hume, o grupo de especialistas e a Secretaria Geral realizaram um trabalho de sistematização das reflexões feitas até a presente etapa.

4) Trabalhos por grupos lingüísticos: Ao longo de uma semana, em grupos lingüísticos integrados por Padres Sinodais, especialistas, auditores e auditoras continuaram-se os estudos temáticos centrados em algumas questões mais específicas, tratando de aproximar-se de conclusões que pudessem dar origem a proposições que a Assembléia apresentaria ao Santo Padre para a redação da futura Exortação Apostólica.

5) Finalmente, na última semana, os Padres Sinodais estudaram e aprovaram as 55 proposições que entregaram ao Papa. Juntamente com tudo o que fora vivido e os diversos materiais existentes constituíram o material para a redação da Exortação Apostólica.

6) Mensagem: Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos, uma comissão eleita para este fim redigiu o que se conheceu como a Mensagem do Sínodo.

7) Comissão redatora: Antes de finalizar as sessões, a Assembléia Sinodal elegeu doze membros para colaborar com o Santo Padre na redação da Exortação Apostólica. Por sua vez, o Papa acrescentou outros membros a esta comissão.

Depois de um mês de sessões, encerrou-se a Assembléia Sinodal com a Eucaristia na Basílica de São Pedro.

## 2.3 Recepção do Sínodo e da Exortação

Com a publicação da Exortação Apostólica não se conclui o processo sinodal, mas este continua com a recepção por parte de toda a Igreja. O Espírito foi dado a todos pelo batismo. Por isso, todo o Povo de Deus tem um "sentido" para compreender e assimilar "o que o Espírito diz às Igrejas" (Cf. Ap 2,7). É o que em teologia se chama de "sensus fidei" (sentido da fé) ou "sensus fidelium" (sentido dos fiéis). O Espírito fala pelo Magistério e atua também nos fiéis que recebem a doutrina e fazem dela vida vivida. Por isso é importante que nos preparemos para receber a Exortação apostólica com a vivência de nosso compromisso de religiosos e religiosas, com o estudo e especialmente com a oração, para que não venhamos a apagar o Espírito (Cf. 1Ts 5,19).

## II. PISTAS PARA A COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DO DOCUMENTO PÓS-SINODAL

### 1. Diversidade e importância dos documentos do Magistério

O Magistério da Igreja é exercido de muitas maneiras, por diversos tipos de documento que por sua origem, amplitude e tema têm um valor e importância diferente para o Povo de Deus.

Os graus de adesão que exige cada documento são diferentes e vão numa escala decrescente, que começa por uma adesão de fé até a respeitosa acolhida de uma doutrina não necessariamente vinculante. Descreveremos brevemente alguns conceitos relacionados com isso e o que define alguns tipos de documento pontifício mais conhecidos.

A definição dogmática é uma afirmação clara e exata de uma verdade de fé proposta pela autoridade máxima da Igreja, seja um concílio Ecumênico, seja o Papa quando fala "ex cathedra". A definição dogmática exige a mais plena adesão dos fiéis. As definições dogmáticas recolhem-se em diferentes tipos de documento, como Constituição Dogmática, Bula ou Constituição Apostólica.

Uma encíclica é um documento do Papa em forma de carta dirigida aos bispos e a todos os fiéis, e, inclusive, a todos os homens e mulheres dispostos a escutá-lo, sobre um determinado tema geralmente de caráter doutrinal.

Exortação apostólica é o nome que se dá a alguns documentos papais dirigidos a todos os católicos. Sua importância é similar à das encíclicas, das quais se distingue por predominar o caráter pastoral.

Uma exortação apostólica pós-sinodal, como diz o nome, é dirigida aos fiéis depois da realização de um Sínodo de Bispos. Nasce do exercício da colegialidade. É a culminação de um longo processo de participação que se inicia com a preparação do Sínodo. Assume o proposto pelos Padres Sinodais. Seus objetivos são fundamentalmente teológicos, espirituais e pastorais.

Os discursos, alocuções, mensagens, homilias, catequeses são comunicações orais do Papa com motivo de peregrinações, beatificações ou canonizações, concentrações, congressos, capítulos gerais de Ordens e Congregações Religiosas, audiências públicas das quartas-feiras etc. Costumam tratar assuntos circunstanciais, mas oferecem ocasião ao Papa para abordar temas doutrinais ou normativos. Dizem mais respeito ao grupo a quem a comunicação se dirige, ainda que possam dar indicações de caráter mais universal.

Dessa breve compilação pode-se ver a variedade de textos que o Magistério pode

emitir. Cada um deve ser interpretado segundo a intenção do Papa, que se manifesta inclusive no gênero de documento que escolhe para expressar-se. Uma catequese da quarta-feira ou uma alocução que faz ao rezar o "Angelus", ainda que trate de assuntos importantes, não têm o mesmo peso de uma encíclica e menos ainda de uma definição dogmática.

## 2. Chaves teológicas para a leitura de um documento pontifício

Para ser recebido de maneira fecunda, um documento com as características da Exortação Apostólica Pós-sinodal que nos preparamos para acolher necessita ser iluminado pela fé, a tradição e a história. Nosso objetivo aqui é oferecer umas chaves de interpretação (ou chaves hermenêuticas) simples que nos permitam acolher o texto num espírito de fidelidade humilde e criadora.

### 2.1 O Sínodo, um momento espiritual ou "kairós"

Sínodo deriva de dois termos gregos: "sin", que significa "com", e "hodós", que significa "caminho". Portanto, "sínodo", etimologicamente, significa "caminhar juntos", o Papa, os bispos, a Igreja toda.

Em sua função específica e em seu desenvolvimento, o sínodo aparece, então, como um "kairós". Este termo grego, utilizado desde o Novo Testamento, designa um momento histórico, lido com os olhos da fé, como o surgimento, a manifestação, a obra explícita do Espírito de Deus. Assim nos corresponde ler o conjunto do processo sinodal, com suas diversas fases descritas acima, como um "kairós", que recolhe a experiência acumulada da Vida Religiosa a partir do Concílio e abre caminhos de futuro.

### 2.2 Espírito, Carisma e Magistério

Se o ator principal de todo "kairós" é

o mesmo Espírito, é preciso ler o texto da Exortação à luz de sua ação constante e não como um texto isolado. Não é um documento caído do céu, não é um ponto de partida nem um ponto de chegada. Trata-se de um momento denso em todo um processo espiritual. Inscreve-se num itinerário próprio da Vida Religiosa como dom do mesmo Espírito e constitui um momento particular desse itinerário.

A Vida Religiosa é um dos dons do Espírito à Igreja como anúncio e antecipação simbólica do Reino. É este carisma comum encarnado nas diversas histórias fundacionais que se verá aqui iluminado por outros carismas, como a sabedoria da teologia confirmada pelo carisma magisterial do Papa.

É importante conservar esta articulação carismática solidária para evitar absolutizações de uma única dimensão do acontecimento, como seria, por exemplo, a intuição fundacional, ou a sabedoria teológica, ou até a voz do Magistério. Um ato do Espírito é necessariamente polifônico.

### 2.3 Evangelho, norma suprema

João Paulo II, em sua homilia de 2 de outubro de 1994, na inauguração do sínodo, convida-nos a iluminar todo o trabalho desses dias com o Evangelho. Efetivamente, todo ato do Espírito mostra-se verdadeiro por sua conformidade com o Evangelho de Jesus Cristo. É preciso deixar-se guiar, portanto, rumo ao Reino, pelos grandes eixos evangélicos.

### 2.4 Compreensão, recepção e encarnação

O Espírito atua em toda a comunidade cristã ainda que de maneira específica em suas diversas instâncias (Papa, bispos, fiéis). O "sensus fidelium", isto é, a compreensão que os fiéis têm do Mistério, é parte integrante do "kairós". Portanto, o

documento pontifício necessita ser recebido (recepção), compreendido (compreensão) e traduzido à vida (encarnação) pelas diversas comunidades, para que este ato do Espírito esteja plenamente realizado.

### 3. Gênese e intencionalidade de um texto

Para uma compreensão correta de um texto é preciso lê-lo, levando em consideração sua gênese e sua intencionalidade (o que o texto pretende).

#### 3.1 Os documentos inspiradores: gênese

As fontes de um documento da índole de uma Exortação Apostólica Pós-sinodal não são somente teológicas no sentido estrito da palavra. É preciso referir-se também à gênese do texto. Ao escrevê-lo o Papa tem diante dos olhos e na memória todo o processo sinodal, acompanhado por ele pessoalmente. Diversas tendências, nem sempre fáceis de compor entre si, poderão estar presentes no documento. Para reconhecer a unidade que o Papa se propõe dar a possíveis idéias de diferentes origens, é preciso considerar o discurso inaugural do Sínodo, em que o próprio Papa nos lembra algumas fontes importantes de inspiração, especialmente o Concílio Vaticano II (*Lumen Gentium* e *Perfectae Caritatis*) e a exortação *Mulieris Dignitatem* (Cf. Discurso inaugural, nº 5).

Convém, por outra parte, não perder de vista as diversas etapas de preparação do documento ("*Lineamenta*", Documento de Trabalho e Proposições).

#### 3.2 Um documento espiritual e doutrinal: intencionalidade primeira

É importante também ter claras as intenções do texto. Em função do seu caráter particular, uma Exortação Apostólica Pós-sinodal tem dois objetivos principais.

Em primeiro lugar trata-se de um texto espiritual e teológico.

Desde este ponto de vista, o Papa nos introduzirá com toda probabilidade no mistério teológico da Vida Consagrada. Para tal fim, referir-se-á a fontes da tradição. Estas fontes são diversas (por exemplo, a tradição latina e a tradição oriental; a corrente monástica e a corrente de vida religiosa apostólica etc.). Esta referência à tradição encarna o mistério teológico na experiência da fé das igrejas particulares. Entretanto tal experiência não é exaustiva e não impede que as leiamos à luz das outras tradições, em particular das nossas próprias.

A consagração e os votos, fundamento e dinamismo da Vida Consagrada, situam-se dentro dessa perspectiva mais global e fundamental das raízes teológicas que mergulham no Mistério de Deus uno e trino.

#### 3.3 Um documento pastoral: segunda intenção

Ainda que seja de esperar que a primeira intenção da Exortação será doutrinal e espiritual, não faltarão objetivos pastorais. É importante, dentro da perspectiva hermenêutica (ou seja, interpretativa) que nos ocupa, destacar a preocupação por animar a Vida Consagrada nas grandes opções que tomou desde o Concílio e, no caso da América Latina e Caribe, desde Medellín.

Por outra parte, busca-se interrogar e questionar os religiosos e religiosas quanto à fidelidade criativa à sua vocação, e à coerência de vida em relação com suas opções e declarações.

Deixar-nos questionar e converter é também a razão de ser de todo ato do Espírito, de todo "*kairós*". Este questionamento convém fazê-lo a partir de Deus e do Senhor Jesus e a partir da história concreta dos nossos povos.

Em sua intenção pastoral, então, o objetivo final do documento é contribuir para a renovação da nossa caminhada. Ao receber essa mensagem, deixar-nos-emos inspirar por ela para aprofundamento e radicalização das mudanças empreendidas a partir do Concílio e do itinerário latino-americano e caribenho da Vida Consagrada.

### 3.4 Compreensão da normatividade

O aspecto canônico da vida eclesial é, por uma parte, indispensável para encarnar a vida evangélica numa prática coletiva coerente. Por outra parte, sabemos que a lei, se não se encontra bem situada, corre o risco, como já o diz São Paulo nas cartas aos Romanos e aos Gálatas, de transformar-se em absoluto e fim da vida cristã, ocultando assim o sentido espiritual e libertador da mensagem e do seguimento de Jesus.

Ainda que uma Exortação Pós-sinodal não tenha um objetivo normativo ou canônico em si, poderá dar-se que o texto contenha algumas sugestões e algumas alusões neste sentido. Convém, portanto, situar estes aspectos no conjunto da reflexão que vamos fazendo.

Vale a pena precisar que toda norma pretende garantir a fidelidade ao Espírito inspirador da Vida Consagrada. O que é permanente, portanto, é precisamente este Espírito. É Ele que nos convida a reconhecer no Evangelho as linhas inspiradoras da nossa identidade, de nossa vocação profética e de nosso chamado à comunhão com toda a Igreja.

Acolhendo com respeito a sensibilidade da Igreja em relação com tal ou tal norma, convém relê-las em função do Espírito a que pretendem servir, e da acolhida que lhes pode dar tal ou qual cultura particular onde nos encarnamos. As normas servem para encarnar-nos melhor e entendermos melhor, e não para tornar-nos

mais estranhos nem separar-nos mais do mundo e dos irmãos e irmãs.

## 4. Uma necessária reapropriação

Não basta ler um documento. Temos de fazê-lo nosso, lendo-o a partir de nossa vida, de nosso carisma fundacional, da situação da região onde tratamos de servir ao Povo de Deus e a todas as pessoas.

### 4.1 Reapropriar-se do documento

Já falamos da recepção e encarnação como parte integrante do processo teológico (Cf. Acima 2.4). Concretamente é necessário recordar que cada região, cada contexto sociocultural deve reler e assumir este documento em função de sua realidade. Assim, por exemplo, uma releitura a partir da América Latina e do Caribe difere muito da que se faça a partir da Europa ou da Ásia.

### 4.2 Uma releitura à luz da caminhada da Vida Consagrada na América Latina

Se se trata de um momento ("kairós") situado em um itinerário, convém não isolá-lo do caminho já percorrido na América Latina e no Caribe. Dessa maneira, documentos da Igreja latino-americana podem servir de chave hermenêutica (interpretativa) e de caminho de encarnação do documento.

### 4.3 Uma releitura a partir das culturas

Santo Domingo valoriza o pluriculturalismo da América Latina (SD 244). Sem cair num particularismo exagerado, não é falso pretender que o documento que esperamos tenha ressonâncias diferentes nos mundos indígena andino, ou amazônico, mestiço, afro, moderno urbano etc. Para compreender e reapropriar-se eficazmente

do texto será necessário fazê-lo a partir do lugar cultural em que nos encontremos.

#### 4.4 Uma releitura a partir do carisma fundacional

Finalmente, este “*kairós*” não pode entender-se em oposição, nem sequer independentemente do carisma fundacional de nossas famílias religiosas particulares. Esta chave hermenêutica do texto é, sem dúvida, a mais específica. O ato do Espírito que constitui o Sínodo não pode senão confirmar, ampliar, consolidar e renovar nossos diversos carismas. Esta última releitura conferirá um caráter sumamente plural à reapropriação, ainda que dentro de uma mesma região e de uma mesma igreja local.

### 5. Rumo ao futuro

O Espírito não pode deter-se mesmo que seja em momento tão importante como um “*kairós*”. Assim, este documento é uma etapa que nos incita a continuar a aventura da inserção profética da Vida Consagrada na história dos homens e mulheres deste tempo. Não detém, senão antes incentiva a busca de novos caminhos de Vida Consagrada. É um momento de recolhimento e de discernimento para correr melhor e com mais entusiasmo pelas sendas do Espírito, tirando lições de nossos erros e de nossas conquistas, para responder com mais imaginação e empenho ao que exige de nós o presente e nos exigirá o futuro. Não seria, porventura, o momento de deixar brotar, ao lado e junto aos carismas já experimentados da Vida Consagrada, novos carismas inéditos que espera a realidade nova que nos toca viver? A atenção amorosa e orante aos sinais dos tempos será o fruto mais saboroso deste belo momento de comunhão eclesial no Espírito.

## III. TEMAS PARA UM APROFUNDAMENTO DO SÍNODO SOBRE A MISSÃO DA VIDA CONSAGRADA NA IGREJA E NO MUNDO

*Perspectiva:* Durante as discussões sinodais surgiram vários temas muito significativos que certamente estarão presentes na Exortação Pós-sinodal, entre os quais destacaremos os que nos parecem mais importantes a partir da nossa tradição eclesial de América Latina e Caribe, privilegiando a perspectiva específica da Vida Religiosa em quanto tal, sem que isto signifique que esqueçamos o alcance mais amplo que tem a Vida Consagrada no Sínodo.

### I. VISÃO TEOLÓGICO-ESPIRITUAL DA VIDA CONSAGRADA

#### 1. Fundamentos teológicos

1.1 A Vida Consagrada à luz do mistério trinitário

1.2 O Filho “caminho que conduz ao Pai” (Cf. Jo 14,6)

1.3 A Vida Consagrada, dom do Espírito

1.4 A Vida consagrada, expressão da Igreja

1.5 Missão da Vida Consagrada: epifania do amor de Deus no mundo

#### 2. Outros elementos teológicos

2.1 Seguimento: chamado totalizante

2.2 Consagração-Missão (Conselhos evangélicos)

2.3 Encarnação: presença de Deus na fragilidade humana



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1º de abril de 1996

O maior problema que permanece aberto para nós, Religiosos, é o da recuperação da **santidade**. A Vida Religiosa não pode deixar de ser ou precisa voltar a ser uma expressão privilegiada, uma resposta, que busca ser perfeita, aos apelos de SANTIDADE, ou não tem mais razão de ser. A nossa santidade é o presente mais útil e precioso à Congregação, à Igreja e à Humanidade. É urgente e fundamental relançar a **santidade**, um processo contínuo e progressivo de abertura à ação de Deus, de identificação crescente, afetiva e efetiva, da própria vida com Jesus Cristo. Sem a **santidade**, nem a Congregação, nem a Igreja, nem a Humanidade atingem suas próprias metas.

Na situação histórica atual, um elemento basilar da santidade que se deve privilegiar em nossos cuidados é o **empenho ascético**, concreto e diário, para uma conduta pessoal autêntica e um estilo de vida comunitária conseqüente. A ascese é um esforço metódico feito para eliminar, com a ajuda da graça, quanto se opõe ao crescimento da vida em Cristo e para enfrentar corajosamente os sacrifícios que ela impõe: abnegação, renúncia à velhice (do pecado) que habita em nós, humildade, aceitação do sofrimento, a luta e o combate espirituais, autodisciplina, afinal, participar no mistério pascal de Cristo e consentir nos impulsos do Espírito. **Sem um empenho ascético visível, inexiste a verdade objetiva dos votos** e não se testemunham, com nitidez, seus valores de formidável contestação evangélica à sociedade permissiva de hoje.

Sem ascese, a santidade específica do Religioso desfaz-se em nada. Sem a colaboração humana sincera, a graça não pode encarnar-se e realizar a sua obra de salvação. Nem a Vida Religiosa alcança sua verdade se não integra em sua realização a ascese. O modo da ascese e sua expressão em práticas concretas exprimem-se em **experiências sempre novas e conformes às novas visões antropológicas**. A referência cultural é uma constante na pedagogia ascética. A pessoa, mulher e homem, é, a um só tempo, espírito e carne. A ascese respeita, de modo sempre mais maduro, este projeto humano de Deus: a integração harmônica entre corpo e alma. Sabe inculturar-se, ou aculturar-se, ou adequar-se aos valores e às exigências dos sinais dos tempos. Busca expressões mais aptas a realizar, segundo a índole das diversas épocas, o próprio fim da ascese.

Adequar-se ao contexto cultural não significa mitigar o rigor da ascese. O rigor torna-se mais urgente pelas majoradas exigências da caridade. **A ascese se ordena à caridade**: amor a Deus e ao próximo, e por ela se expressa. A ascese implicará sempre, para o Religioso, **oblação de si a Deus na radicalidade do seguimento de Cristo**. Quanto tudo isto é difícil na cultura de hoje que ressalta os valores da liberdade, do corpo, da auto-realização; que aplaude o triunfo das concupiscências: poder, bem-estar, soberba da vida, a tirania e a prepotência das paixões alimentadas por tantas atrações exibidas pela mídia; que marginaliza o primado de Deus e perdeu o sentido do pecado. **É uma realidade triste a abundância de nossas fraquezas**.

A ascética como método pedagógico de conversão, de prevenção, de atitude habitual de compunção, de concreta penitência... não se opõe à realização pessoal. É, antes, dela uma indispensável dimensão evangélica. **É grave ilusão pensar que o empenho ascético seja elemento antiquado e superado**. Afirmar que não há mais lugar para a ascese pessoal, comunitária e institucional, porque a Vida Religiosa se humanizou e segue hoje um novo modelo, deveria soar como um ultraje aos Religiosos. Conclusão precipitada de princípios entendidos superficialmente. Argumentação e linguagem de falso vigor teológico.

A Vida Religiosa é e será tal se cultivar os valores fundados em Jesus Cristo. Ser e ter a consciência de ser SEGUIDOR de Cristo crucificado. **O cristianismo brotou de um instrumento de suplício**, a cruz. Nem sempre a cruz aparece em nossa vida em sua devida luz. A ascese é uma forma de purificação da natureza humana desregrada e incoerente para conformar-se a Jesus Cristo, crucificado hoje, ressuscitado amanhã.

**DEUS**, de quem todo **DOM** perfeito provém, o abençoe e guarde são e salvo. Volte para você seu rosto de olhar sereno e lhe conceda a bênção, o perdão e a paz. **MARIA**, Mãe de Deus e nossa também, interceda por nós. Amém. Sempre ao seu inteiro dispor, com afeto e estima fraterna, subscrevo-me,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB  
Redator-Responsável/Convergência